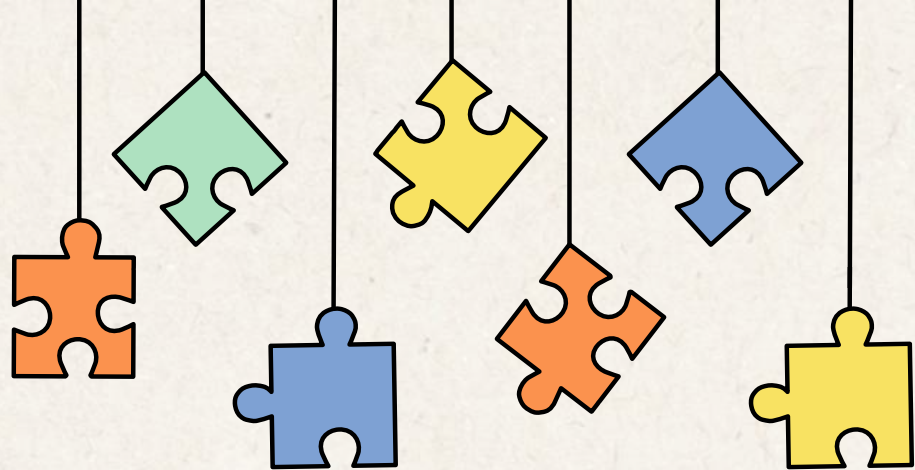


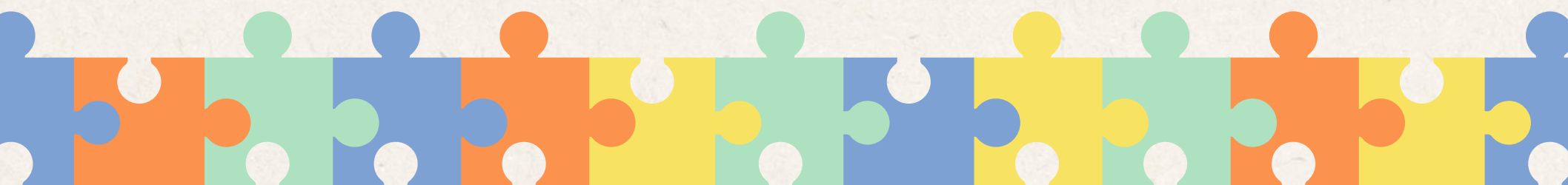


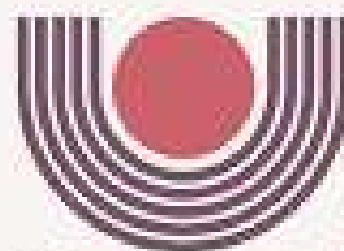
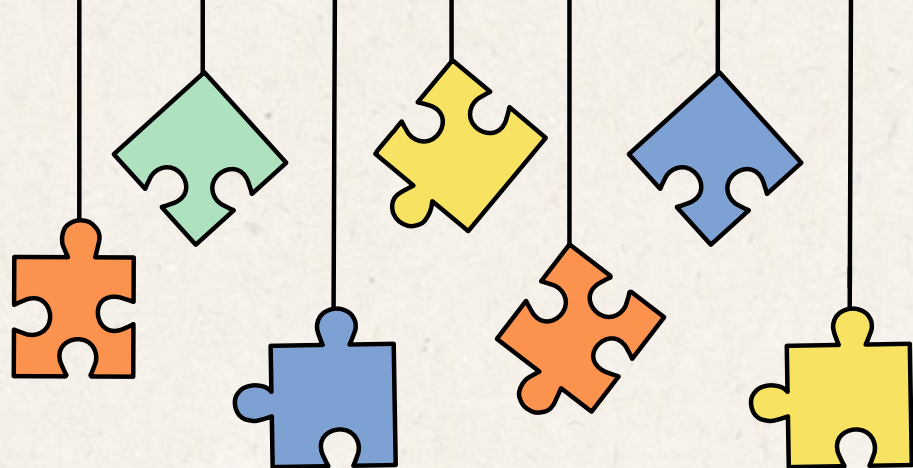
PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA O ATENDIMENTO DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA EM AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

ADRIANA HISTER GIOVANELLA

DOUGLAS ROBERTO BORELLA

2025





unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Giovanella, Adriana Hister

Programa de formação continuada para o
atendimento de estudantes com transtorno do
espectro autista em aulas de educação física
[livro eletrônico] / Adriana Hister Giovanella,
Douglas Roberto Borella. -- Santa Helena, PR :
Ed. dos Autores, 2025.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-01-56364-0

1. Alunos com autismo 2. Autistas -
Desenvolvimento 3. Educação física 4. Educação
inclusiva 5. Formação docente - Metodologias ativas
6. Professores - Formação 7. TEA (Transtorno do
Espectro Autista) I. Borella, Douglas Roberto.
II. Título.

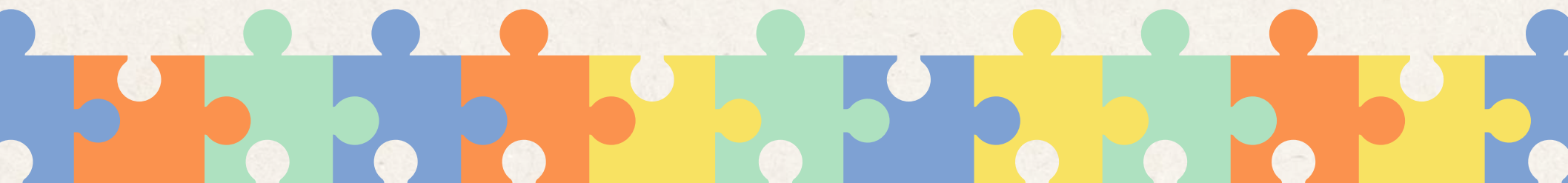
25-283528

CDD-613.7

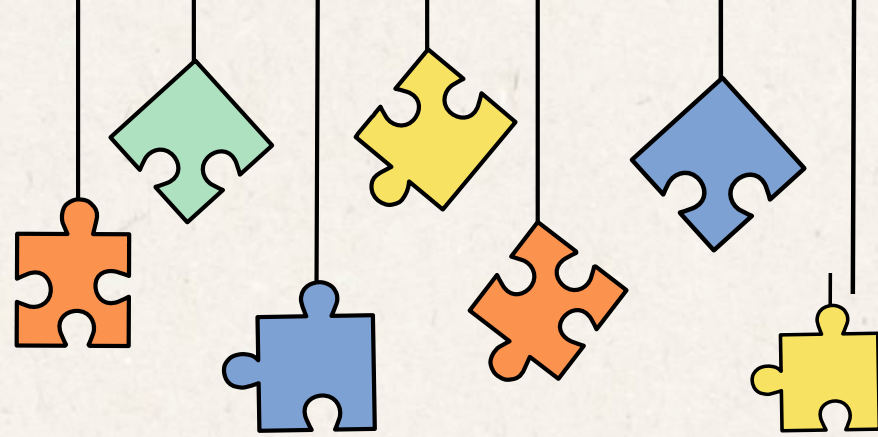
Índices para catálogo sistemático:

1. Educação física 613.7

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



APRESENTAÇÃO



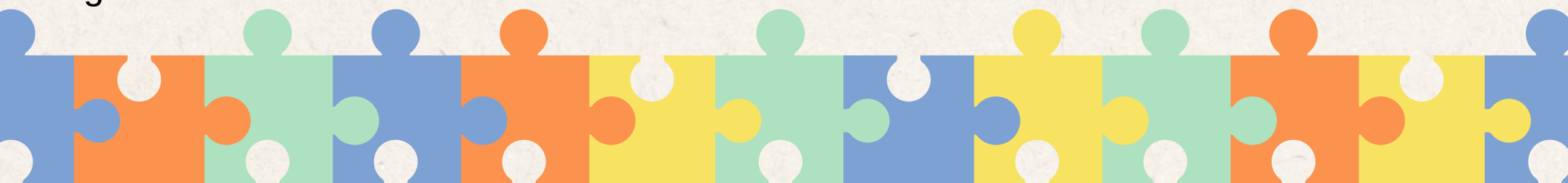
Este ebook é um produto educacional do Mestrado Profissional de Educação Física em Rede Nacional - PROEF, Turma 4 - 2023 a 2025, Polo UNIOESTE, considerando a pesquisa desenvolvida para a dissertação do mestrado e a realização da formação continuada aos professores de Educação Física e gestores educacionais das escolas municipais de Santa Helena - PR.

Os encontros da formação continuada se concretizaram como momentos riquíssimos de discussões, reflexões, trocas de experiências, e deixaram muito explícita a necessidade da formação continuada com o objetivo de trazer conhecimentos sobre o TEA, possibilidades de ações e definições do que pode contribuir com a ação pedagógica dos professores de Educação Física e gestores educacionais, estendendo-se às famílias dos estudantes com TEA.

O objetivo deste ebook é apresentar um Programa de formação continuada para o atendimento aos estudantes com TEA nas aulas de Educação Física. Mais precisamente, apresenta o detalhamento do passo a passo dos conhecimentos, instrumentos disponíveis e ações necessárias ao professor de Educação Física e gestores educacionais para atender os estudantes com TEA que estão inseridos no ambiente escolar, assegurando o direito de inclusão e aprendizagem previstos na legislação vigente. Ademais, estende-se às famílias de estudantes com TEA, que também fazem parte deste contexto.

Não foi pretensão deste ebook apresentar sugestões de atividades práticas para realizar com estudantes com TEA nas aulas de Educação Física, mas a proposição de uma ação mais ampla, considerando a formação continuada do professor de Educação Física, em um trabalho colaborativo, sugerindo um fluxograma de ações e instrumentos para auxiliar o atendimento ao estudante com TEA.

Este ebook constitui-se em um recurso educacional para as Redes de Ensino pensarem e proporcionarem a formação continuada aos professores para o atendimento aos estudantes com TEA nas aulas de Educação Física, aos gestores educacionais e famílias.



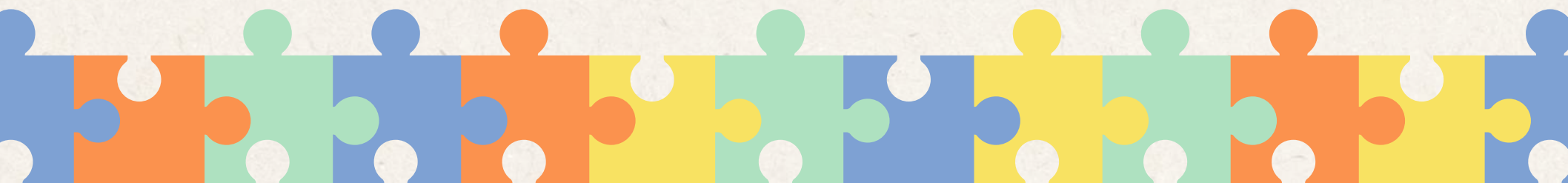
O CAMINHO DO PROEF INICIOU MUITO ANTES

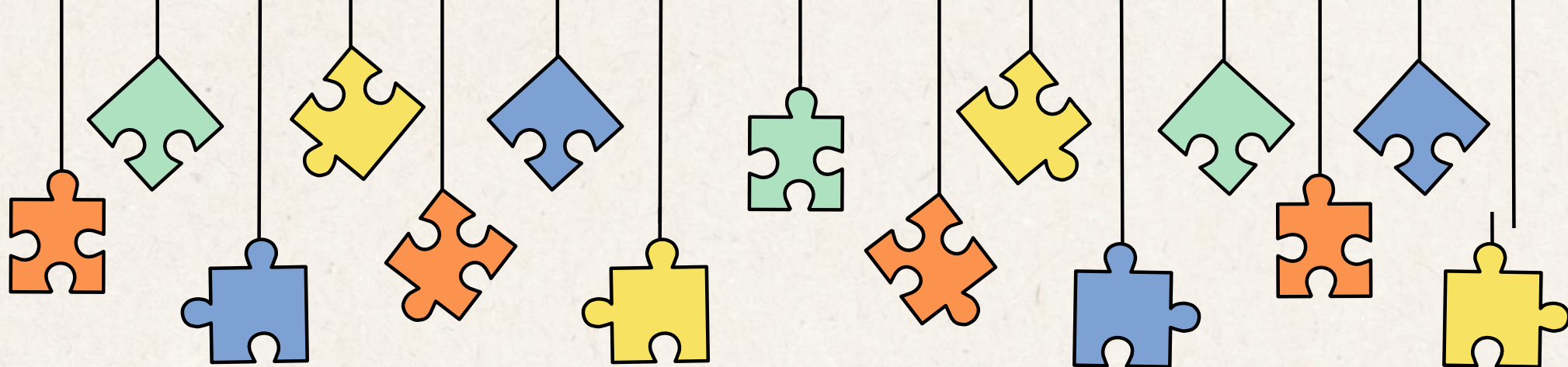


Ao longo de 25 anos de atuação, enfrentei desafios diversos na educação, sempre orientada por uma sólida formação inicial e pelo compromisso com a melhoria da prática pedagógica e a busca por mais conhecimento, que se tornou possível com o credenciamento da UNIOESTE como polo do Mestrado Profissional em Rede Nacional em Educação Física (PROEF), no qual ingressei na Turma 4, 2023-2025.

O mestrado possibilitou uma reflexão aprofundada sobre minha trajetória profissional como professora de Educação Física e os desafios da prática docente. A motivação para esta pesquisa surgiu da crescente presença de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas, acentuada no período pós-pandemia da COVID-19. Em 2022, lecionei para seis estudantes com TEA, de diferentes faixas etárias, cada um com demandas específicas que exigiam adaptações metodológicas diferentes.

A escassez de estudos e informações sobre a inclusão desses estudantes na Educação Física dificultava uma ação mais assertiva. Minha ação pedagógica era baseada nas informações e orientações disponíveis e experimentação. Foram muitas tentativas e, talvez, mais erros que acertos e muitas vezes me levaram a questionar: como agir e como atender os estudantes com TEA nas aulas de Educação Física?





Nos encontros com professores da área, tanto na minha cidade como em outras que trabalhei com a formação de professores, tornou-se evidente que as dificuldades na inclusão de estudantes com TEA eram um desafio comum. Em meio a tudo isso, foi possível constatar que a ação isolada do professor não era suficiente para atender aos estudantes com TEA e proporcionar uma educação inclusiva de qualidade. Para que isso fosse possível, havia a necessidade de formação dos professores, envolvimento das equipes pedagógicas e uma ação coletiva da escola.

Isto posto, este ebook foi pensado e construído como uma forma de contribuir com esse processo tão necessário da formação continuada de professores, possibilitando a ampliação de conhecimentos sobre o TEA, por meio da construção coletiva, com professores de Educação Física e os Gestores Educacionais, do Programa de Formação Continuada para atendimento aos estudantes com TEA nas aulas de Educação Física. Esse trabalho foi desenvolvido com todo compromisso, carinho e dedicação.

Quando da finalização deste ebook e por contribuição da banca avaliadora do mestrado, foi possível constatar a extensão e amplitude deste trabalho e a possibilidade de contribuir não apenas dentro da escola, mas também com as famílias e todos os envolvidos com os estudantes com TEA. Essa percepção me encheu de alegria e orgulho, pois foi muito além da proposta inicial.

Gratidão a todos que compartilharam essa jornada comigo, especialmente aos meus alunos e aos colegas e professores, com os quais aprendi muito: vocês foram essenciais nesta caminhada.



Adriana Hister Giovanella





DOUGLAS ROBERTO BORELLA

ORIENTADOR



É com enorme satisfação que apresentamos o resultado do trabalho referente a Dissertação de Mestrado da Adriana Hister Giovanella. Não se trata apenas de um manual prático que orienta os professores de Educação Física a lidarem com a inclusão de alunos com TEA, mas também contribui com a formação continuada, com o trabalho colaborativo envolvendo educadores, gestores educacionais e equipe multidisciplinar.

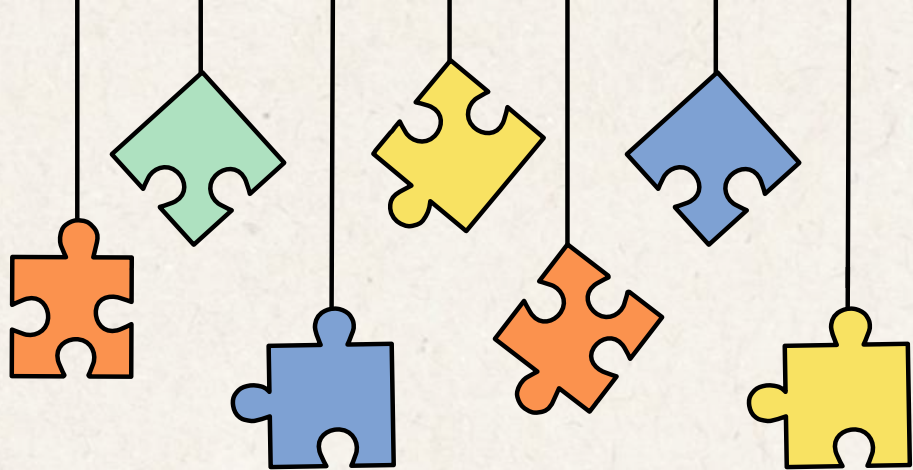
A formação de professores continua sendo assunto debatido a longa data e permanece motivo de preocupação. Muitos estudos evidenciam que o sistema escolar não está preparado para receber alunos com algum tipo de deficiência ou transtorno de neurodesenvolvimento. Sendo assim, é necessário um olhar voltado à formação inicial quanto na continuada para minimizar as dificuldades do processo de atendimento a este público.

Muitos professores continuam assegurando encontrarem dificuldades no trabalho com alunos com deficiência, pois revelam despreparos. Para outros, mesmo a existência de uma disciplina no currículo dos cursos de licenciatura, ainda não é suficiente para garantir ao docente práticas pedagógicas adequadas.

Para acompanhar as mudanças referentes ao aumento crescente de pessoas com TEA e que estas estão cada vez mais inseridas no ambiente escolar, é necessário que todos os envolvidos se interessem pela busca de formação de qualidade. Sendo assim, é necessário um trabalho efetivo, sistematizado, feito a partir da realidade, a partir da discussão da prática, com muitos referenciais atuais, juntamente com os professores envolvidos.

O ebook apresentado estabelece diretrizes claras daquilo que é necessário para que se tenha formação continuada de qualidade. Os elementos correspondentes à formação continuada possibilitarão que gestores educacionais tenham condições de abordarem elementos essenciais que constituirá na abordagem prática dos professores de Educação Física.





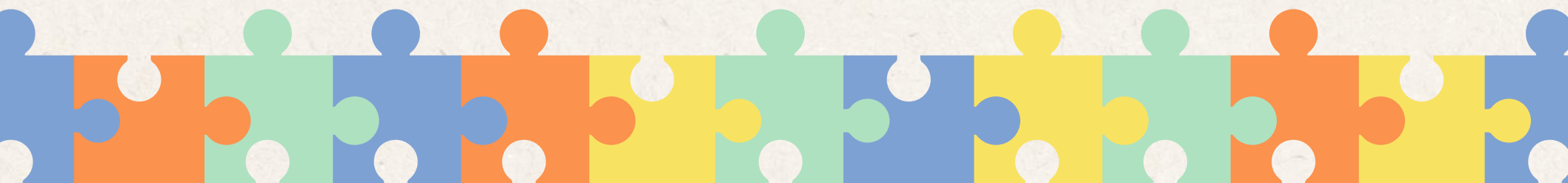
INTRODUÇÃO

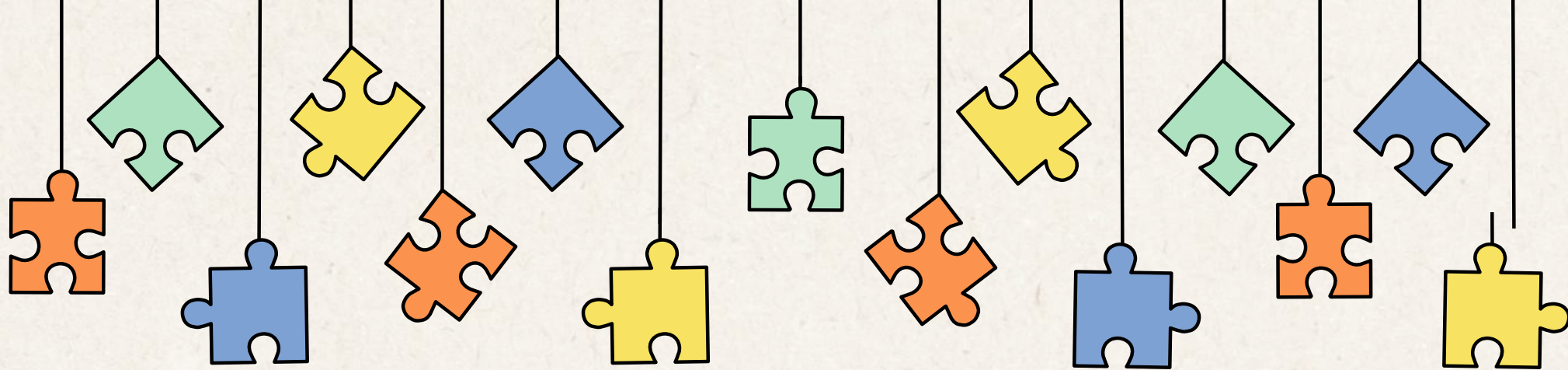
Dados apresentados em 2023 pelo Center of Diseases Control and Prevention - CDC (Centro de Controle e Prevenção de Doenças, em tradução livre), a partir do monitoramento realizado pela Rede de Monitoramento de Deficiências de Autismo e Desenvolvimento - ADDM, em relação à incidência do Transtorno do Espectro Autista - TEA em crianças, indicou que 1 em cada 36 crianças de 8 anos, nos Estados Unidos da América – EUA, compreendidas no estudo da rede de monitoramento, possuem o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Além disso, esse estudo, com dados coletados em 2020, observou que o TEA ocorre em todos os grupos raciais, étnicos e socioeconômicos, sendo 4 (quatro) vezes mais comum em meninos do que em meninas (CDC, 2023).

O levantamento anterior, do CDC, com dados coletados em 2018 e divulgados em 2021, apontava a prevalência de 1 criança a cada 44 como sendo com TEA. O primeiro monitoramento, divulgado em 2004, apresentava uma incidência de 1 em cada 150 crianças (CDC, 2021).

Ademais, dados de matrículas divulgados pelo Ministério da Educação (MEC), coletados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), por meio do Censo Escolar 2023, apontam aumento de 41,6% de matrículas na educação especial – da Educação Infantil ao Ensino Médio – em 5 (cinco) anos, especialmente nas classes comuns. De acordo com os dados, há 1,77 milhões de estudantes matriculados na educação especial (INEP, 2024).

Desse total de estudantes matriculados na Educação Especial, na Educação básica, que abrange da educação Infantil ao Ensino Médio, 53,7% dos estudantes têm Deficiência Intelectual (952.904), seguido de estudantes com Transtorno do Espectro Autista – TEA, com 636.202 matrículas. Esses dados apontam um crescimento de 48% das matrículas de estudantes com TEA em apenas 1 (um) ano, conforme dados do Censo Escolar de 2023 (INEP, 2024).



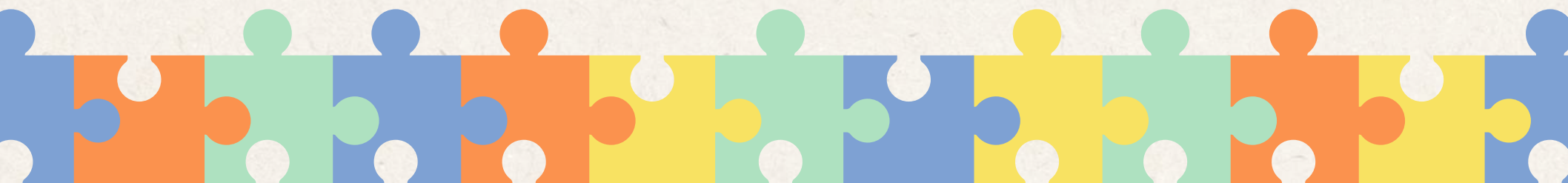


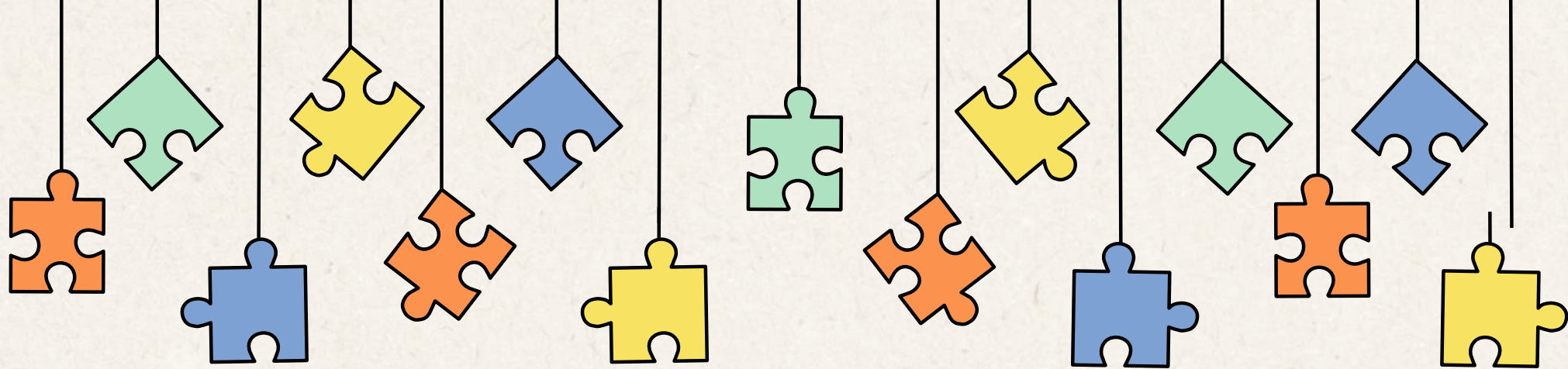
No estado do Paraná, houve um aumento de 53,3% nas matrículas em salas de aula do ensino regular, segundo dados do Censo de Educação Básica, entre 2022 e 2023. Fato este que elevou o total de estudantes com TEA de 18.895 para 28.927 (INEP, 2024).

No município de Santa Helena, no Paraná, por meio do Sistema Estadual de Registro Escolar (SERE) e informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, também se constatou um aumento na quantidade de estudantes diagnosticados com TEA, tanto nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) como nas escolas. No início do período letivo de 2024, eram 70 (setenta) estudantes com TEA matriculados e em outubro do mesmo ano passou a ser de 105 matrículas. O que demonstra aumento significativo, refletindo a realidade estadual, nacional e talvez mundial.

Esse aumento significativo de matrículas de estudantes com TEA apontado pelo Censo Escolar 2023 (INEP), pode indicar a ampliação do acesso ao ensino regular de estudantes com deficiência, como também a permanência, recursos pedagógicos, acessibilidade, materiais adequados, suporte, formação, entre outros. Por outro lado, este crescimento também apresenta inúmeros desafios na ação pedagógica cotidiana nas instituições educacionais, visto que um maior número de estudantes com TEA matriculados indica maior necessidade de ações para atender essa demanda.

No contexto das aulas de Educação Física, a inclusão pode ser ainda mais desafiadora, mas igualmente de extrema importância. É fundamental que os estudantes com deficiência se sintam parte do grupo e que as ações desenvolvidas no ambiente escolar sejam adequadas para atender às necessidades específicas dos estudantes, a idade e o interesse, promovendo o desenvolvimento de todos (Costa, Ferreira, Leitão, 2017; Alves e Duarte, 2019; Oliveira, 2020; Impolcetto, Moreira, 2023).



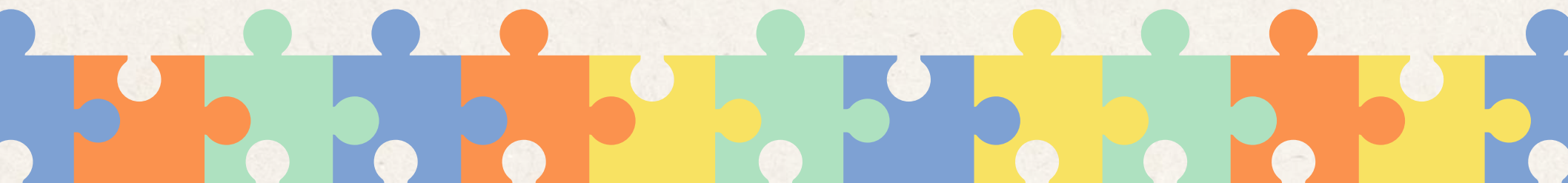


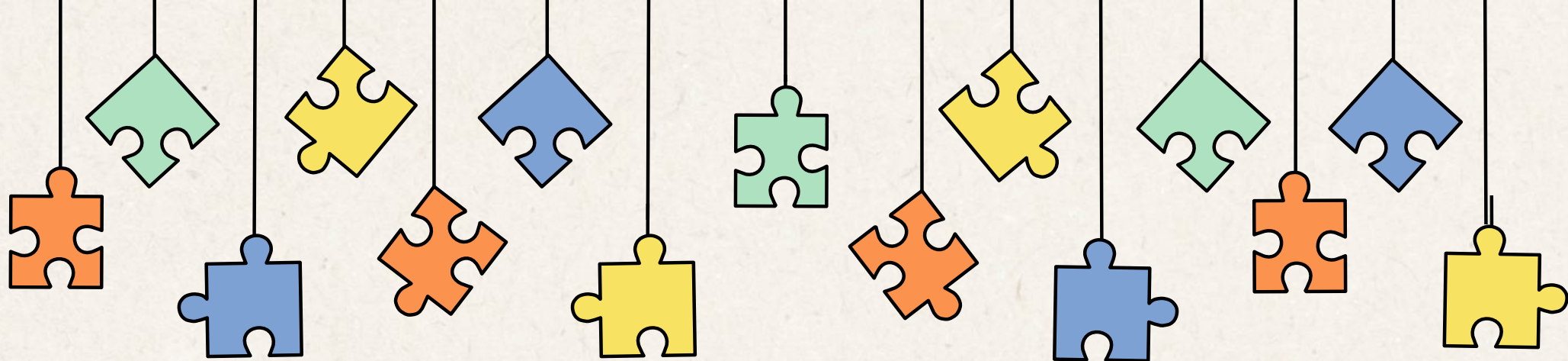
A inclusão não depende apenas do professor que atua diretamente com o estudante com TEA, pois são vários fatores envolvidos, como a acolhida do estudante na escola, a participação da família, ter um profissional de apoio escolar ou não podem interferir no contexto de aprendizagem do estudante autista (Cunha, 2012; Alves, Duarte, 2019; Teixeira, Daronco, 2022).

De modo geral, os professores não se sentem preparados para atender estudantes com deficiência e não encontram suporte na coordenação pedagógica, além da falta de auxílio nas demandas pedagógicas que surgem no dia a dia. Sendo assim, vê-se a necessidade de investimento em ações de formação continuada, visto que é fundamental para que os professores possam refletir, elaborar, adaptar e executar ações que atendam às necessidades de todos os estudantes e que se aproxime da realidade destes, para aprimorar sua prática pedagógica (Chicon, 2014; Nascimento, 2017; Santos, Gonçalves, 2021; Vieira, Omote, 2021; Teixeira, Daronco, 2022; Barreto, Silva, Souza, 2023; Borella, 2024).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), destacam a necessidade da formação como preparação contínua ao longo da carreira do professor.

Estudos apontam que a formação inicial do professor de Educação Física é insuficiente quando se fala em inclusão de estudantes com deficiência no ambiente escolar, especialmente com TEA. Borella (2024) reforça a importância das formações continuadas ofertadas pelo poder público aos professores das redes de ensino, seja por palestras, cursos, seminários, oficinas, entre outros. Entretanto, esta formação precisa ser de qualidade e com profissionais bem capacitados para que o objetivo seja atingido.



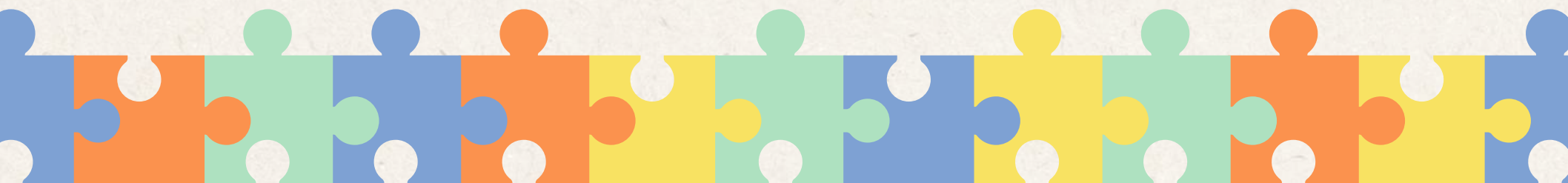


Um ponto considerado é a necessidade de os professores de Educação Física terem acesso a informações atualizadas sobre o TEA, legislação educacional, características do desenvolvimento da linguagem e do comportamento de indivíduos com TEA e, principalmente, estratégias educacionais que favoreçam a aprendizagem. A falta de conhecimento específico sobre o TEA pode levar à utilização de práticas inadequadas, que podem prejudicar o desenvolvimento e a inclusão dos estudantes (Favoretto, Lamonica, 2014).

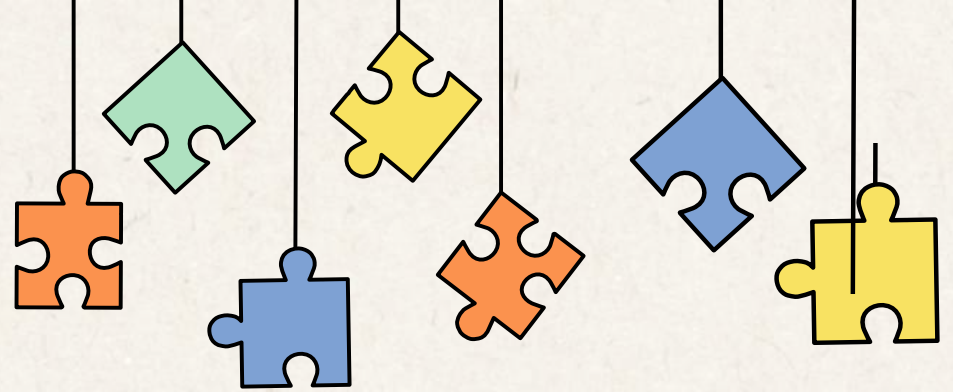
Diante do contexto apresentado, a proposta de pesquisa do mestrado ofertou aos professores de Educação Física conhecimentos e subsídios para o atendimento de estudantes com TEA nas aulas e no ambiente escolar, por meio de formação continuada. Além disso, o envolvimento dos gestores educacionais na formação continuada possibilitou a reflexão coletiva dos envolvidos, enfatizando a importância e necessidade do trabalho colaborativo dentro do ambiente escolar, para resultar em participação e aprendizagem dos estudantes com TEA nas aulas de Educação Física.

Portanto, neste *ebook* será apresentado o Programa de formação continuada para atendimento aos estudantes com TEA em aulas de Educação Física, com a descrição do passo a passo de como foi construído, estabelecendo uma sequência de conteúdos e ações, além de um fluxograma com as ações desde a matrícula do estudante.

Sendo assim, a sequência de conteúdos e temas para desenvolver na aplicação do Programa de formação continuada está disposto no Sumário, sendo organizado em 7 capítulos, por ordem de prioridade, definindo as etapas da formação e percorrendo sobre cada capítulo no decorrer do *ebook*.



SUMÁRIO



Legislação sobre TEA - As principais Leis e documentos norteadores sobre inclusão educacional e TEA - **pág. 10**



Desvendando o TEA e Diagnóstico - História do TEA, definição, características e diagnóstico - **pág. 22**



Roteiro de ANAMNESE - **pág. 35**



Protocolo de conduta - sugestão de protocolo de conduta a ser elaborado na escola para o atendimento ao estudante com TEA - **pág. 37**



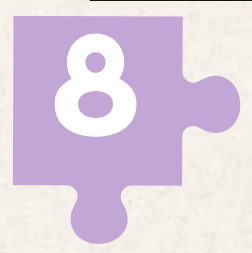
PEI - sugestão de PEI para atendimento aos estudantes com TEA - **pág. 39**



FLUXOGRAMA - proposta de um fluxograma com ações para o atendimento ao estudante com TEA desde a matrícula na escola - **pág. 41**

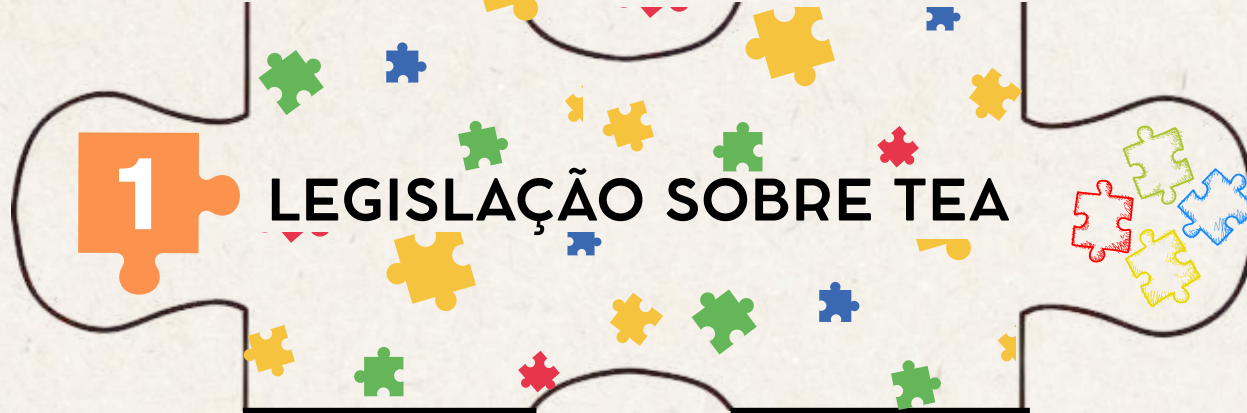


Considerações finais - **pág. 52**



Referências Bibliográficas - **pág. 53**

Ainda, ao final de cada capítulo são apresentadas sugestões de encaminhamentos, de leituras e referências relacionados ao tema apresentado.

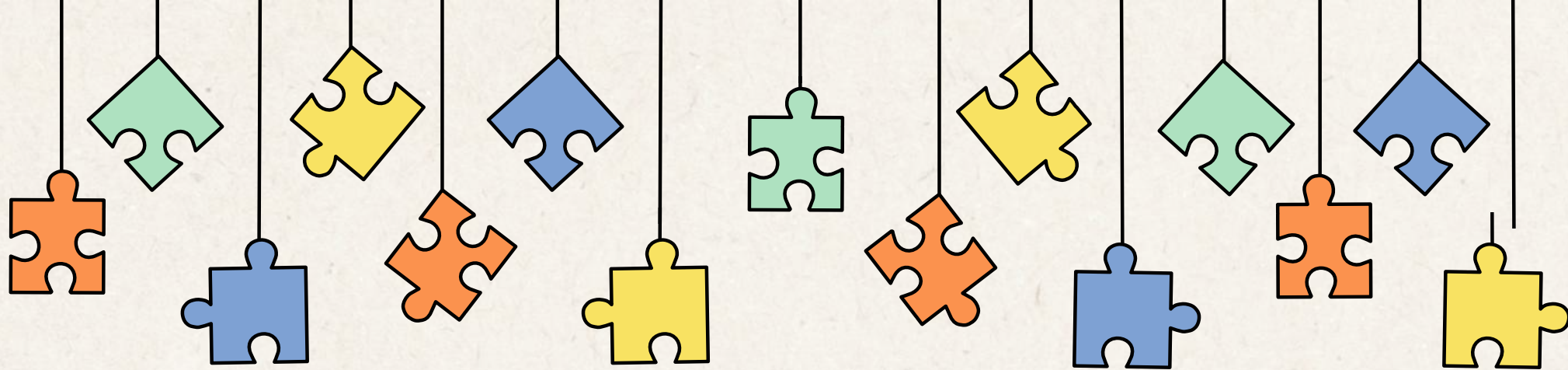


A legislação sobre o TEA foi o primeiro tema a ser estudado na formação continuada, sendo inclusive, uma solicitação dos participantes que consideraram fundamental conhecer a legislação sobre TEA e inclusão. Ter conhecimento da legislação permite a promoção de ações previstas e necessárias aos estudantes, bem como resguardar os próprios professores e sua ação pedagógica, estabelecendo as competências de cada ente envolvido com o estudante com TEA.

As leis relacionadas à inclusão e ao TEA surgem da necessidade de assegurar e promover os direitos e liberdades fundamentais das pessoas com TEA, visando sua inclusão social e cidadania. A legislação busca garantir a igualdade de oportunidades e combater a discriminação, reconhecendo as necessidades específicas e os desafios enfrentados por indivíduos com TEA.

As leis voltadas à inclusão e ao TEA visam garantir o acesso à educação, saúde, trabalho e outros serviços essenciais, além de promover a participação da comunidade na formulação de políticas públicas.

Na área educacional, a legislação reconhece o direito fundamental à educação inclusiva para estudantes com TEA, que devem ser integrados nas escolas regulares, com adaptações e apoios que atendam às suas necessidades específicas e promovam o desenvolvimento pleno de suas capacidades. É prioridade oferecer educação de qualidade, sem discriminação e violência, possibilitando que todos os estudantes tenham as mesmas oportunidades.



Para que a inclusão seja efetivada, é essencial que os professores recebam a formação necessária para lidar com as particularidades dos estudantes com TEA. Além disso, cabe às escolas elaborar o Plano Educacional Individualizado - PEI que considere as necessidades de cada estudante. A colaboração entre a família, a escola e a comunidade é fundamental para garantir um ambiente de apoio e respeito aos direitos dos estudantes com TEA.

Na sequência são apresentadas as Leis e os pontos principais de cada uma, relacionados à educação:

Principais Leis relacionadas à educação, apresentadas e estudadas:

a) Lei nº 9.394/1996 - LDBEN

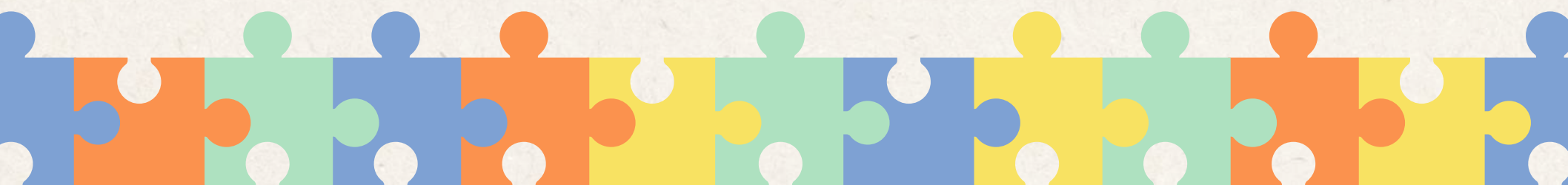
b) Normas sobre Atendimento Educacional Especializado - AEE

c) Lei nº 12.764/2012 - Berenice Piana

d) Lei nº 13.146/2015 - LBI

e) Lei nº 21.964/2024 - PR

f) Parecer nº 50/2023 - CNE - reanalisado e homologado 13/11/2024.





Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB)

A LDB, desde a sua aprovação em 1996, sofreu inúmeras alterações para adequar-se às mudanças na educação. Mas, as garantias fundamentais permanecem. Dentre elas, está a inclusão, contemplada nos artigos e pontuada conforme segue:

1. Direito à Educação para Pessoas com Deficiência (Art. 4º, III)

Garante o atendimento educacional especializado (AEE) gratuito, aos estudantes com deficiência ou altas habilidades, transversal e em todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino.

2. Atendimento Educacional Especializado (Art. 58)

- Assegura que alunos com deficiência recebam suporte educacional especializado em classes comuns ou em serviços complementares.
- Destaca-se que esse atendimento deve ser oferecido de forma complementar e não substitutiva ao ensino regular.

3. Formação e Capacitação de Professores (Art. 59, III)

Determina a formação adequada dos docentes para atender alunos com deficiência.

4. Acessibilidade e Adaptação Curricular (Art. 59, I)

- Assegura currículos, métodos, recursos e organização escolar adaptados às necessidades dos alunos.
- Prevê uso de tecnologia assistiva para favorecer a inclusão.



Normas sobre Atendimento Educacional Especializado - AEE

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é citado e regulamentado por diversas normas, garantindo suporte a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Constituição Federal (1988) – Art. 208, III

- Garante o atendimento educacional especializado (AEE) preferencialmente na rede regular de ensino.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996

- Art. 4º, III: O poder público deve garantir AEE gratuito aos educandos com deficiência.
- Art. 58: O AEE deve ser complementar e não substitutivo ao ensino regular.
- Art. 60: Os sistemas de ensino ampliarão o atendimento aos estudantes com deficiência e altas habilidades ou superdotação na própria rede pública regular de ensino.

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)

- Define que o AEE deve ocorrer em salas de recursos multifuncionais no contraturno escolar.
- Destaca a importância de profissionais qualificados e recursos de tecnologia assistiva.

Decreto nº 7.611/2011

- Art. 1º: Estabelece as diretrizes da educação especial.
- Regulamenta o AEE e reforça a preferência pela inclusão na rede regular de ensino.

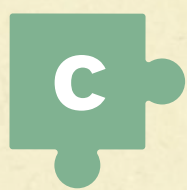
- Art. 2º: deve integrar a Proposta Pedagógica da escola, envolver a família, atender às necessidades dos estudantes e articulado com as demais políticas públicas.
- Art. 3º: estabelece os objetivos do AEE.
 - Define que o AEE pode ocorrer em salas de recursos, centros especializados e classes hospitalares, de forma complementar ou suplementar ao ensino regular, com dupla matrícula.
 - As salas de recursos multifuncionais devem ser adequadas aos estudantes atendidos, com equipamentos e materiais didáticos e pedagógicos adaptados.

Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2015

- Art. 27: assegura o sistema educacional inclusivo em todos os níveis e ensino;
- Art. 28 garantia de acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes, eliminando barreiras e promovendo a inclusão.
 - Determina que nenhum estudante com deficiência pode ser excluído do sistema regular.
 - Projeto político pedagógico institucionalizando o AEE e ações específicas aos estudantes com deficiência, fazendo as adaptações necessárias.
 - Elaboração de plano de atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência.
 - Participação do estudante com deficiência e da família na comunidade escolar.
 - Adoção de práticas inclusivas na formação de professores, tanto inicial como continuada.

Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – 2017

- Reconhece a diversidade dos alunos e a necessidade de promover uma educação inclusiva que atenda às necessidades de todos.



Lei nº 12.764/2012 - Berenice Piana

A Lei nº 12.764/2012, conhecida como a Lei Berenice Piana, institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Em relação à educação, ela estabelece os seguintes direitos essenciais:

1. Direito à Educação Inclusiva (Art. 2º, II)

- Garante que toda pessoa com TEA tem direito à educação e deve ser incluída no sistema educacional, sem discriminação. Isso significa:
- Acesso à escola regular com os demais alunos;
- Proibição de recusa de matrícula com base no diagnóstico de TEA.

2. Atendimento Educacional Especializado (Art. 2º, Parágrafo único)

- Além da matrícula na escola regular, a pessoa com TEA tem direito a apoio especializado, que pode incluir:
- Professores capacitados para trabalhar com o TEA;
- Uso de tecnologias assistivas e materiais adaptados;
- Oferta de atendimento educacional especializado (AEE), complementar ao ensino regular.

3. Capacitação de Profissionais (Art. 3º, IV)

- Prevê a formação e qualificação de profissionais da educação para garantir que os alunos com TEA tenham um ensino adequado às suas necessidades.

4. Direito ao Acompanhante Escolar (Art. 3º, Parágrafo único)

- Quando necessário, o estudante com TEA tem direito a um acompanhante especializado durante as atividades escolares para auxiliar no aprendizado e na socialização.



Lei nº 13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência

A Lei nº 13.146/2015, também conhecida como Lei Brasileira de Inclusão (LBI), é uma lei que visa promover a igualdade de direitos e liberdades para pessoas com deficiência.

1. Acesso à Educação Inclusiva (Art. 27 e 28)

A lei assegura que nenhuma pessoa com deficiência pode ser excluída do sistema educacional em razão de sua condição. Isso inclui:

- Acesso à educação de qualidade em todos os níveis (infantil, fundamental, médio e superior);
- Atendimento especializado e individualizado para estudantes com deficiência;
- Formação e capacitação de professores para atuar com inclusão;
- Oferta de recursos de acessibilidade e tecnologia assistiva para viabilizar a aprendizagem;
- Direito ao atendimento educacional especializado (AEE) complementar ao ensino regular.
- Veda a cobrança adicional nas mensalidades para o atendimento de estudantes com deficiência.
- Formação de professores para o atendimento aos estudantes com deficiência.
- Oferecer currículos, métodos, técnicas e materiais pedagógicos adaptados às necessidades de cada estudante;
- Garantir acessibilidade física nas escolas (rampas, elevadores, banheiros adaptados, etc.);

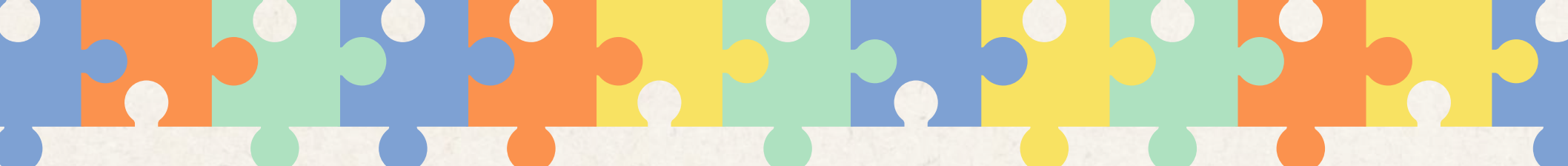


Lei nº 21.964/2024 - PR - Código Estadual da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista do Paraná

Estabelece diretrizes e direitos para a educação de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), visando garantir uma educação de qualidade e inclusiva.

O Capítulo III - Da Educação (Artigos 43 a 57) é dedicado integralmente à educação da pessoa com TEA. Estabelece como dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade e inclusiva, com dispositivos como:

- Garantia do direito à educação de qualidade, protegendo a pessoa com TEA de violência, negligência e discriminação.
- Promove o acesso ao sistema educacional inclusivo, com inclusão nas classes comuns do ensino regular, em todos os níveis e modalidades, com os apoios e adaptações necessários, como tecnologias de informação e assistivas.
- Assegurar matrícula prioritária, proibindo a recusa nas redes de ensino.
- Prevê formação continuada de professores e profissionais da educação, com base em evidências científicas, para um atendimento educacional adequado.
- Adota medidas de apoio individualizadas no ambiente escolar para desenvolver o potencial humano e a dignidade da pessoa com TEA.
- Garante a participação dos estudantes com TEA e suas famílias na comunidade escolar.
- Incentiva práticas pedagógicas inclusivas e o desenvolvimento de novos métodos de ensino.
- Garante a manutenção de informações e registros sobre o aluno com TEA e seu atendimento para o encaminhamento à nova instituição de ensino.

- 
- Incentiva práticas pedagógicas inclusivas e o desenvolvimento de novos métodos de ensino.
 - Garante a manutenção de informações e registros sobre o aluno com TEA e seu atendimento para o encaminhamento à nova instituição de ensino.
 - Assegura Professor de Apoio Educacional Especializado (PrAEE): acompanhamento por um PrAEE, em casos de necessidade comprovada, ao estudante com TEA incluído nas classes comuns.
 - O direito ao Professor de Apoio Educacional Especializado (PrAEE) em casos de comprovada necessidade.
 - A necessidade de esforços dos estabelecimentos de ensino para eliminar ou reduzir incômodos sensoriais.

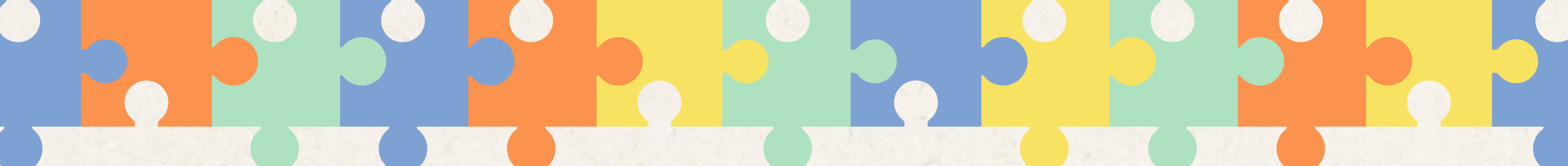
A lei também define recursos e instrumentos para inclusão e desenvolvimento dos alunos com TEA:

- Projeto Político Pedagógico (PPP): Define os objetivos e metas da escola.
- Atendimento Educacional Especializado (AEE): Atendimento por profissionais capacitados para promover a inclusão e adaptações.
- Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE): Plano com estratégias e atividades acessíveis, elaborado pelo professor do AEE.
- Plano Educacional Individualizado (PEI): Plano individualizado elaborado pela equipe escolar com participação do aluno e familiares, baseado em protocolos científicos.
- Plano de Avaliação Individual (PAI): Plano para promover a acessibilidade
- Sala de Recursos Multifuncional - SRM: ambiente dotado de equipamentos, mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos para a oferta de atendimento educacional especializado;
- As atribuições do professor que atua no AEE e do PrAEE.

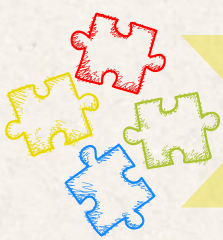
- 
- A obrigatoriedade de instituir rodas de conversas integradas nas escolas para aprimorar a inclusão.
 - Os recursos de acessibilidade ao currículo.
 - O processo de elaboração do PEI.
 - O conteúdo da avaliação do estudante.
 - O programa de ensino desenvolvido na SRM.
 - As orientações para adaptação de atividades e avaliações.

Apresenta Orientações Específicas para o Público da Educação Especial: Atendimento a Estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

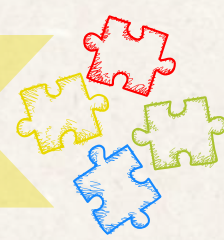
- Reconhece que alguns grupos estão mais suscetíveis à exclusão da educação do que outros, como pessoas com autismo.
- Ressalta a importância da Lei nº 12.764/2012.
- Afirma que, por considerar os autistas como pessoas com deficiência, todos os direitos das pessoas com deficiência também se aplicam às pessoas com autismo.
- Destaca o Direito à Prioridade, estabelecido no artigo 9º da LBI.
- Assegura que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos com TEA e enfatiza que a recusa constitui crime.
- Indica o PPP (Projeto Político-Pedagógico) como mecanismo para garantir o acesso, permanência, participação e aprendizagem e o Plano Educacional Individualizado - PEI.
- Destaca a importância da participação dos estudantes e de suas famílias nas decisões escolares relacionadas aos estudantes com TEA e motiva a participação nas deliberações da comunidade escolar.

- 
- Orienta sobre a adoção de práticas pedagógicas que atendam às especificidades dos estudantes com TEA, visando garantir seu desenvolvimento acadêmico e social.
 - Define a função do profissional de apoio no atendimento aos estudantes com TEA, ressaltando a importância desse suporte, quando necessário, para a inclusão efetiva desses alunos no ambiente escolar.
 - Recomenda a formação continuada de professores para atender às necessidades específicas dos estudantes com TEA, garantindo uma prática pedagógica inclusiva e eficaz.

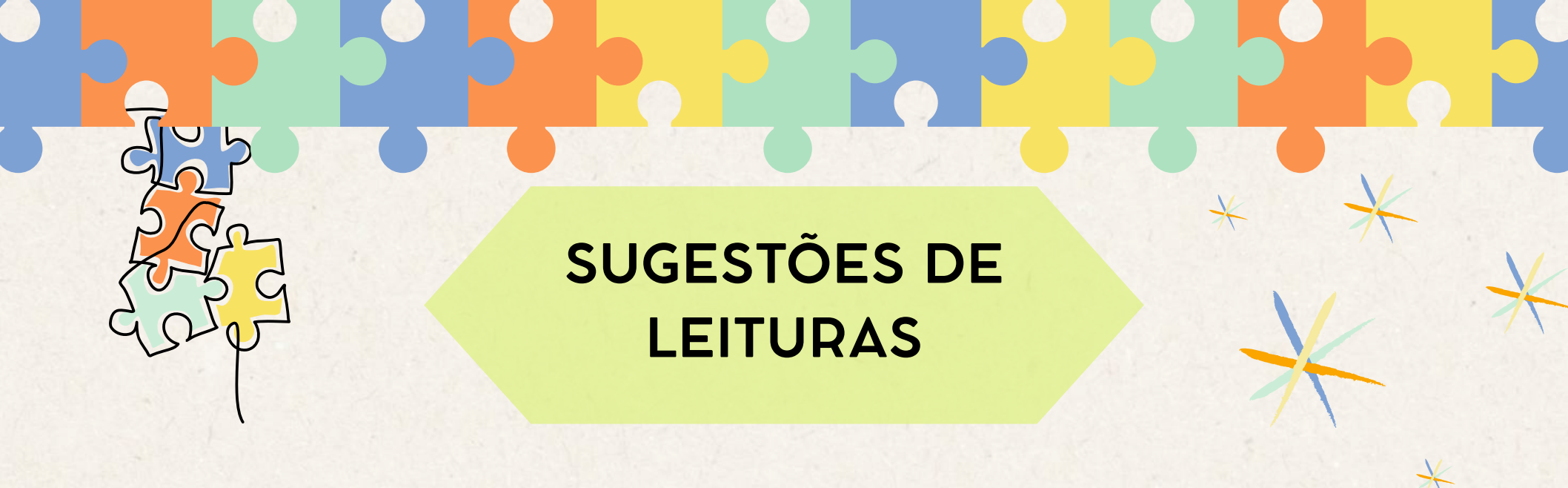
O parecer visa assegurar que as políticas educacionais e práticas pedagógicas atendam adequadamente às especificidades dos alunos com TEA, promovendo sua inclusão e desenvolvimento em ambientes educacionais.



SUGESTÕES DE ENCAMINHAMENTOS



- Apresentação por meio de slides da legislação brasileira sobre inclusão e TEA, trazendo o contexto histórico, as leis e documentos produzidos, desde a LDB em 1961 até o Parecer nº 50/2023 do Conselho Nacional de Educação, homologado em 2024.
- Após a contextualização histórica e os avanços em relação à legislação sobre inclusão e TEA, dar ênfase nas leis em vigor e que estão mais relacionadas ao TEA.
- Organização de grupos para conversar e discutir sobre os pontos principais das leis, especialmente no que diz respeito à educação. Identificando e pontuando como a legislação afeta o trabalho com estudantes com TEA, facilitando ou dificultando a ação pedagógica no ambiente escolar.



SUGESTÕES DE LEITURAS

Links para acesso:

1 – Legislação sobre Deficiência:

https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/36841/legislacao_pessoa.pdf

2 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/1996: [L9394](#)

3 – Lei Berenice Piana nº 12.764/2012: [L12764](#)

4 – Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015: [L13146](#)

5 – Código Estadual da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista: [Lei Ordinária 21964 2024 do Paraná PR](#)

6 – Parecer nº 50/2023 do Conselho Nacional de Educação homologado: [PARECER HOMOLOGADO Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 13/11/2024, Seção 1, Pág. 67. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSE](#)

7 – [DIREITO E AUTISMO: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM TRANSTORNO DO SPECTRO AUTISTA \(TEA\)](#)



No decorrer do tempo, conforme foram mudando as classificações do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM e da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde - CID, a nomenclatura do TEA foi sendo modificado para atender essas mudanças.

Na prática do dia a dia dos professores, principalmente aqueles que atuam há mais tempo, sabe-se que essas informações demoram para chegar aos professores, sem ações específicas de atualização e formação continuada. Um exemplo, é a mudança na classificação do estudante com síndrome de Asperger que passou a ser estudante com TEA. Para o professor, esse conhecimento é fundamental, inclusive para compreender porque essas mudanças ocorreram, bem como conhecer o TEA.

Essas informações possibilitam direcionar o planejamento e ações pedagógicas aos estudantes, compreendendo pelo diagnóstico deles o nível de suporte de cada um e as necessidades e possibilidades de ações e aprendizagem.

Na sequência, serão abordados os temas relacionados ao TEA: história, definição e diagnóstico:

Transtorno do Espectro Autista - TEA

-  **História**
-  **Definição**
-  **Diagnóstico**

1 História

O termo “autismo” foi usado pela 1ª vez em **1911** pelo psiquiatra suíço **Eugen Bleuler**, em seu trabalho sobre esquizofrenia. A palavra deriva do grego "**autos**", que significa "próprio" ou "de si mesmo". Bleuler utilizou o termo para descrever um comportamento de afastamento extremo da realidade externa, no qual o indivíduo se refugiava em um mundo interno, desligado de interações sociais ou estímulos externos (Donvan e Zucker, 2017).

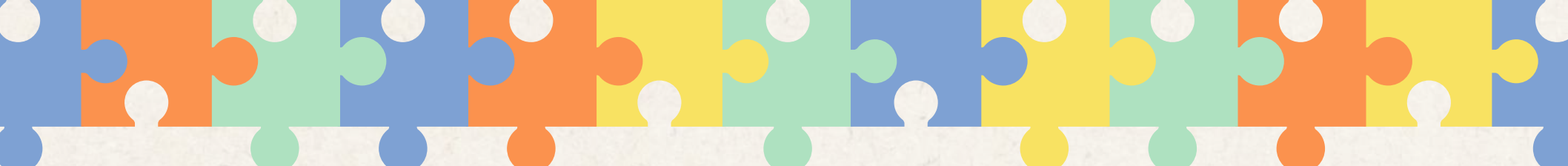
A seguir, a compreensão do TEA na história, a partir dos estudos realizados por:

Leo Kanner

Mais renomado psiquiatra infantil nos EUA, austríaco-americano, médico pela Universidade de Berlim, emigrou em 1924. Descreveu o autismo pela primeira vez em 1943 em seu artigo seminal intitulado "Autistic Disturbances of Affective Contact" ("Perturbações Autísticas do Contato Afetivo"). Não associado a esquizofrenia. Ele analisou os casos de 11 crianças que apresentavam características específicas e distintas de desenvolvimento, comportamento e interação social. (1938 a 1943) Donald Tripplett - caso nº 1 - viveu 89 anos e morreu em 2023.

Principais características descritas por Kanner:

1. Isolamento social: As crianças demonstravam uma falta de interesse em interagir com outras pessoas, incluindo familiares.
2. Resistência à mudança: Um apego extremo à rotina e dificuldade em lidar com alterações no ambiente ou na rotina diária.
3. Interesses restritos: Comportamentos repetitivos e um foco intenso em objetos ou atividades específicas.
4. Déficit na comunicação: Dificuldades em usar a linguagem de maneira social ou funcional, com alguns apresentando fala ausente ou peculiar.
5. Habilidades incomuns: Algumas crianças possuíam habilidades excepcionais em áreas específicas, como memória ou cálculo.



Hans Asperger



Em 1943, Hans Asperger apresentou sua tese de livre docência na Faculdade de Medicina, com estudo sobre os casos atendidos na Clínica Infantil do Hospital de Viena, nomeando a síndrome de Psicopatia Autística Infantil. Através dela, observava características únicas em crianças que não se encaixavam nos padrões típicos de desenvolvimento e dificuldades de integração social das crianças, mas que, diferente das descritas por Kanner, possuíam um bom nível de inteligência e linguagem e os sintomas apareciam após o terceiro ano de vida. Também, identificou a predominância desta síndrome em meninos.

Seus estudos não tiveram a devida atenção, sendo retomados por outros pesquisadores na década de 1980, sendo cunhado o termo Síndrome de Asperger.

Contudo, é muito controverso seu papel, pois, décadas depois de sua morte, vieram a tona estudos trazendo seu envolvimento com o regime nazista e com o envio de crianças deficientes aos campos de extermínio e experiências obscuras.



Bernard Rimland



Bernard Rimland (1928–2006) foi um psicólogo americano que se tornou um dos principais defensores da ideia de que o autismo tem uma base neurológica e genética, refutando as teorias psicanalíticas predominantes da época, como a proposta por Bruno Bettelheim, que culpava as mães pelo transtorno.



Além de sua pesquisa, Rimland fundou, em 1965, o Autism Research Institute (ARI), que se tornou um centro importante para estudar o autismo. Ele também foi um defensor do uso da Análise Comportamental Aplicada (ABA), uma abordagem que mais tarde se popularizou no tratamento de crianças com autismo. O legado de Rimland inclui a transformação da percepção do autismo como uma condição neurobiológica, a promoção de intervenções precoces e a valorização do papel das famílias, influenciando profundamente tanto a pesquisa quanto os tratamentos relacionados ao autismo.



Lorna Wing



Lorna Wing (psiquiatra inglesa), em 1991, publicou “A relação entre a Síndrome de Asperger e o autismo de Kanner”. Com sua análise pioneira, foi fundamental para a compreensão moderna do autismo e da Síndrome de Asperger, apresentando a perspectiva de que ambas as condições são parte de um espectro mais amplo, revolucionou o diagnóstico e o tratamento do autismo.

Ao enfatizar a tríade de dificuldades centrais - comunicação, interação social e imaginação - Wing ajudou a moldar a abordagem terapêutica e educacional para pessoas com autismo, destacando a importância de entender cada indivíduo dentro deste espectro.

Citou pela primeira vez, que o autismo é uma condição que inclui uma gama muito ampla de características, por isso, um espectro. Influenciou a compreensão moderna do autismo (DSM-5 e CID-11).



2

Definição

DSM - Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, documento criado pela Associação Americana de Psiquiatria ou APA (American Psychiatric Association), sendo uma das principais referências para diagnóstico de transtornos mentais.

- **DSM-I (1952):** não mencionava autismo e associava à esquizofrenia infantil;
- **DSM-II (1968):** o termo "esquizofrenia infantil" continuou sendo usado para descrever crianças com comportamentos que hoje seriam reconhecidos como autismo.
 - Surgiram descrições mais detalhadas de transtornos do desenvolvimento, mas o autismo permanecia mal diferenciado de outros transtornos mentais.
- **DSM-III (1980):** introdução do diagnóstico de "**Transtorno Autista**" como uma categoria distinta pela primeira vez. Critérios baseados em três áreas principais:
 1. Interação social prejudicada.
 2. Alterações na comunicação.
 3. Padrões restritos e repetitivos de comportamento.
 - Era classificado como parte dos **Transtornos Invasivos do Desenvolvimento (TID)**.
 - Reconheceu-se que o autismo tinha início precoce (antes dos 3 anos) e não era causado por dinâmica familiar ou emocional, marcando uma ruptura com as explicações psicanalíticas.

• **DSM-III-R (1987):** Revisão dos critérios diagnósticos para o Transtorno Autista:

- Tornaram-se mais inclusivos, permitindo o diagnóstico de casos menos severos;
- Enfatizou a variabilidade dos sintomas, reconhecendo que o autismo poderia se manifestar de formas mais amplas;
- Remoção de alguns critérios muito específicos que limitavam o diagnóstico, como a obrigatoriedade de atraso na linguagem.

• **DSM-IV (1994):** Expansão da categoria **Transtornos Invasivos do Desenvolvimento (TID):**

- **Transtorno Autista.**
- **Síndrome de Asperger** (reconhecida como uma condição distinta com funcionamento cognitivo preservado e linguagem funcional).
- **Transtorno Desintegrativo da Infância** (uma condição rara com regressão severa após desenvolvimento normal).
- **Transtorno Invasivo do Desenvolvimento - Sem Outra Especificação (TID-SOE)**, para casos que não se encaixavam nos diagnósticos principais.

Foco em critérios comportamentais específicos, como dificuldade de interação social, interesses restritos e padrões repetitivos.

• **DSM-IV-TR (2000):** Atualização textual do DSM-IV, sem mudanças nos critérios para o autismo.

- Houve refinamento na descrição dos transtornos do espectro do desenvolvimento, aumentando a consistência no diagnóstico clínico.

- 
- **DSM-5 (2013):** Introdução do termo **Transtorno do Espectro do Autismo (TEA)**, unificando diagnósticos previamente separados (Transtorno Autista, Síndrome de Asperger, TID-SOE e Transtorno Desintegrativo da Infância) em um único espectro.
 - Critérios diagnósticos principais:
 - i. Déficits persistentes na comunicação social e na interação social.
 - ii. Padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades.
 - **Níveis de gravidade:** Inclusão de níveis (1, 2 e 3) para indicar a necessidade de suporte (leve, moderado ou intenso).
 - Remoção do atraso obrigatório na linguagem como critério, refletindo a variabilidade dos sintomas.
 - Maior ênfase em considerar a idade, contexto cultural e histórico no diagnóstico.

- **O DSM-5** define os níveis do transtorno, classificando-os não mais como tipos de autismo, mas conforme a necessidade de apoio. São definidos por:
 1. **Nível 1 de suporte** (autismo leve – pouca ajuda);
 2. **Nível 2 de suporte** (autismo moderado – ajuda substancial);
 3. **Nível 3 de suporte** (autismo severo – ajuda muito substancial ou total).

Esta escala, além de classificar, indica o estágio de desenvolvimento do indivíduo, conforme o grau de comprometimento causado, acarretando dependência de outras pessoas ou profissionais.

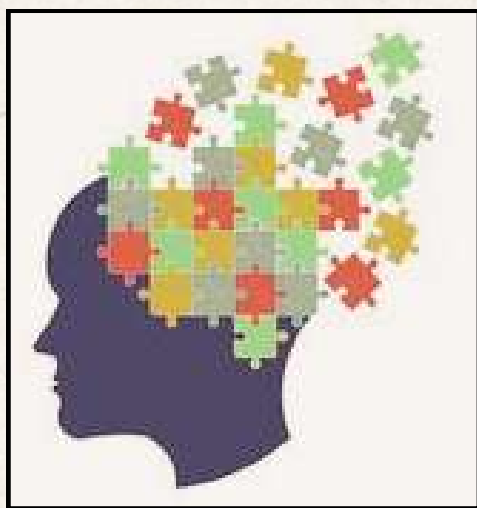
Tabela 1 - Níveis de apoio para o Transtorno do Espectro Autista.

NÍVEL 3 “EXIGINDO SUPORTE MUITO SUBSTANCIAL”	
Comunicação social	Comportamentos restritos e repetitivos
Déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal causam prejuízos graves de funcionamento, grande limitação em dar início a interações sociais e resposta mínima a aberturas sociais que partem de outros. Por exemplo, uma pessoa com fala inteligível de poucas palavras que raramente inicia as interações e, quando o faz, tem abordagens incomuns apenas para satisfazer as necessidades e reage somente a abordagens sociais muito diretas.	Inflexibilidade de comportamento, extrema dificuldade em lidar com a mudança ou outros comportamentos restritos/repetitivos interfere acentuadamente no funcionamento em todas as esferas. Grande sofrimento/dificuldade para mudar o foco ou as ações.
NÍVEL 2 “EXIGINDO SUPORTE SUBSTANCIAL”	
Comunicação social	Comportamentos restritos e repetitivos
Déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal; prejuízos sociais aparentes mesmo na presença de apoio; limitação em dar início a interações sociais e resposta reduzida ou anormal a aberturas sociais que partem de outros. Por exemplo, uma pessoa que fala frases simples, cuja interação se limita a interesses especiais reduzidos e que apresenta comunicação não verbal acentuadamente estranha.	Inflexibilidade do comportamento, dificuldade de lidar com a mudança ou outros comportamentos restritos/repetitivos aparecem com frequência suficiente para serem óbvios ao observador casual e interferem no funcionamento em uma variedade de contextos. Sofrimento e/ou dificuldade de mudar o foco ou as ações.
NÍVEL 1 “EXIGINDO SUPORTE”	
Comunicação social	Comportamentos restritos e repetitivos
Na ausência de apoio, déficits na comunicação social causam prejuízos notáveis. Dificuldade para iniciar interações sociais e exemplos claros de respostas atípicas ou sem sucesso a aberturas sociais dos outros. Pode parecer apresentar interesse reduzido por interações sociais. Por exemplo, uma pessoa que consegue falar frases completas e envolver-se na comunicação, embora apresente falhas na conversação com os outros e cujas tentativas de fazer amizades são estranhas e comumente malsucedidas.	Inflexibilidade de comportamento causa interferência significativa no funcionamento em um ou mais contextos. Dificuldade em trocar de atividade. Problemas para organização e planejamento são obstáculos à independência.
Fonte: Elaborado pela autora a partir do DSM-5 TR (APA, 2023).	

- **DSM-5-TR (2022):** Versão atualizada e revisada do DSM-5, sem mudanças significativas nos critérios diagnósticos para o TEA.
 - Estabelece-se que o diagnóstico do TEA requer a presença de fatores médicos, genéticos ou ambientais conhecidos, ou perturbações no neurodesenvolvimento, saúde mental ou comportamento.

Atualizações incluem:

- Linguagem mais inclusiva e descritiva.
- Maior ênfase no impacto de fatores culturais e sociais na manifestação dos sintomas.
- Refinamento de explicações sobre comorbidades comuns ao TEA, como TDAH e ansiedade.



Os critérios de diagnóstico se dividem em cinco categorias, chamadas Critérios A, B, C, D e E, conforme segue:

Tabela 2 - Critérios diagnósticos do Transtorno do Espectro Autista – TEA.

Critério de diagnóstico - 6A02		
A	Deficiências Persistentes na Comunicação e Interação Social	<i>Os indivíduos devem apresentar dificuldades em todas as seguintes áreas:</i>
		1. Reciprocidade <u>Socioemocional</u> : dificuldades em compartilhar emoções ou interesses, em manter conversas ou responder de maneira apropriada a interações sociais.
		2. Comportamento Não Verbal: Dificuldades em usar e interpretar gestos, expressões faciais e outras formas de comunicação não verbal.
		3. Desenvolvimento e Manutenção de Relacionamentos: Dificuldades em formar e manter amizades ou adaptar comportamentos a diferentes contextos sociais.
B	Padrões Restritos e Repetitivos de Comportamento, Interesses ou Atividades	<i>Os indivíduos devem apresentar pelo menos dois dos seguintes comportamentos:</i>
		1. Movimentos Repetitivos: Como balançar as mãos, girar objetos ou repetir frases.
		2. Insistência na Mesmice: Resiliência a mudanças, rituais ou rotinas rígidas.
		3. Interesses Fixos: Foco intenso em tópicos ou atividades específicas.
C	Sintomas Presentes desde a Primeira Infância	4. Hipersensibilidade ou Hipossensibilidade Sensorial: Respostas incomuns a estímulos sensoriais, como sons ou texturas.
D	Sintomas que Causam Dificuldades Significativas	Os sintomas devem estar presentes desde o início do desenvolvimento, mesmo que não se manifestem plenamente até que as exigências sociais excedam as capacidades do indivíduo.
E	Sintomas que Causam Dificuldades Significativas	Os sintomas devem causar prejuízos em áreas sociais, ocupacionais ou em outros contextos importantes.
E	Não Explicado por Outro Transtorno	Os sintomas não devem ser melhor explicados por outro transtorno mental.
Fonte: Elaboração própria, baseado no DSM-5 TR (APA, 2023).		



CID - 11

Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde - CID-11 da Organização Mundial da Saúde (OMS), que foi lançada em 18 de junho de 2018 e entrou em vigor globalmente em 1 de janeiro de 2022.

Autismo na CID-11

6A02 – Transtorno do Espectro do Autismo (TEA)

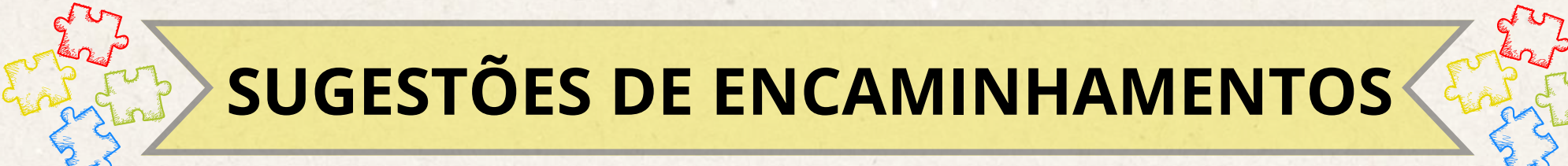
- **6A02.0** – Transtorno do Espectro do Autismo sem deficiência intelectual (DI) e com comprometimento leve ou ausente da linguagem funcional;
- **6A02.1** – Transtorno do Espectro do Autismo com deficiência intelectual (DI) e com comprometimento leve ou ausente da linguagem funcional;
- **6A02.2** – Transtorno do Espectro do Autismo sem deficiência intelectual (DI) e com linguagem funcional prejudicada;
- **6A02.3** – Transtorno do Espectro do Autismo com deficiência intelectual (DI) e com linguagem funcional prejudicada;
- **6A02.5** – Transtorno do Espectro do Autismo com deficiência intelectual (DI) e com ausência de linguagem funcional;
- **6A02.Y** – Outro Transtorno do Espectro do Autismo especificado;
- **6A02.Z** – Transtorno do Espectro do Autismo, não especificado.



3 Diagnóstico

O diagnóstico do TEA é realizado de maneira clínica, por meio da observação dos comportamentos da criança, de entrevista com os pais e/ou cuidadores, do levantamento de informações acerca da história do indivíduo e, também, do uso de instrumentos para avaliação (SEIZSE e BORSA, 2017; FARIA e BORBA, 2024). Esses instrumentos devem ser utilizados em conjunto com as observações clínicas, levando-se em consideração os critérios diagnósticos do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-5 (APA, 2013) ou da Classificação Internacional de Doenças – CID (OMS, 2018), que é, no Brasil, o sistema classificatório oficial.

No Brasil, o único instrumento que foi traduzido para o português é o **Modified Checklist for Autism in Toddlers (M-CHAT)**, recomendado pelo Departamento de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento da Sociedade Brasileira de Pediatria, traduzido e validado para o português em 2008 e recomendado pelo Ministério da Saúde desde 2014. É composto por um questionário de 23 perguntas cujas respostas são respondidas apenas com Sim ou Não. Por meio delas, é fornecido um escore do total de pontos que define se a criança tem a possibilidade ou não na triagem para autismo. Ele é indicado para ser aplicado em pais e/ou cuidadores de crianças com idades entre 18 e 24 meses. A escala M-CHAT classifica as crianças em 3 níveis de risco: baixo, moderado e alto.



SUGESTÕES DE ENCAMINHAMENTOS

- Para contextualizar e conhecer sobre o TEA, foi realizada aula expositiva, utilizando recursos audiovisuais.
- Pode ser disponibilizado o material impresso aos professores, para melhor compreensão e acompanhamento do tema desenvolvido.



SUGESTÕES DE LEITURAS

- A construção histórica do autismo:

<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/download/58018/42311/140421>

- O AUTISMO COMO DEFICIÊNCIA E SUA CATEGORIZAÇÃO COMO TEA: PERSPECTIVAS EDUCACIONAIS E DESAFIOS | Dalmazo | Nova Revista Amazônica

- Transtorno do Espectro Autista em Crianças: Uma Revisão Sistemática sobre o Aumento da Incidência e Diagnóstico

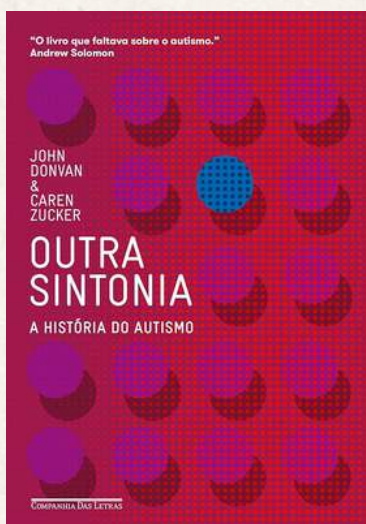
- TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA | Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada

- Triagem precoce para Autismo/Transtorno do Espectro Autista

O cérebro autista:
pensando através do
espectro - Temple
Grandin



Outra sintonia: a
história do
autismo



Manual Diagnóstico e
Estatístico de Transtornos
Mentais - DSM-5-TR: Texto
Revisado





Depois de contextualizado, conhecendo a legislação sobre TEA, o processo de evolução da compreensão do TEA, faz-se necessário conhecer o estudante com TEA, para que este possa ter suas necessidades e especificidades atendidas nas aulas de educação física e no ambiente escolar, .

Neste sentido, a anamnese realizada com a família vai trazer as informações necessárias sobre o estudante, suas características, estereotípias, sensibilidade, linguagem, hábitos, rotina, interação, saúde, entre outros.

A anamnese bem aplicada e completa é um recurso extremamente valioso na elaboração de ações adequadas aos estudantes dentro do ambiente escolar, como o PEI.

A aplicação da entrevista do roteiro de anamnese é a primeira ação para iniciar a elaboração do PEI. Esta entrevista com a família precisa ser bem conduzida e promover um vínculo de confiança entre a escola e a família. Deve ser presencial e apesar de não depender de treinamento para a aplicação exige domínio do conteúdo presente no Roteiro de Anamnese, além de sensibilidade, escuta ativa e acolhimento (Borella, 2025).

Para a coleta de informações com a família para a elaboração do PEI, do Protocolo de Conduta e determinar as ações necessárias com o estudante com TEA nas aulas de Educação Física e no ambiente escolar, são sugeridos os instrumentos elaborados pelo professor PhD Douglas Roberto Borella (2024, 2025): o Roteiro de Anamnese Escolar, Protocolo de Conduta e PEI, considerando os estudos e o seu trabalho de muitos anos com estudantes com deficiência e mais recentemente com os estudantes e as famílias de pessoas com TEA. Constitui-se como uma referência no trabalho com o TEA, inclusive na formação de professores e assessoria à escolas.

SUGESTÕES DE LEITURAS

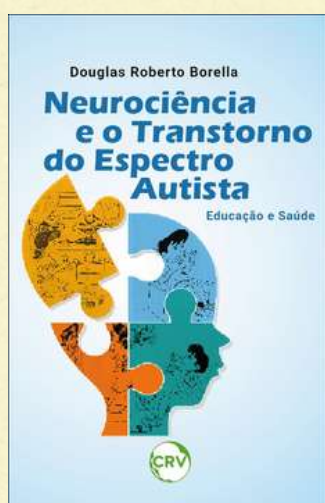
As leituras e os roteiros de Anamnese sugeridos aqui, derivam da busca por esse instrumento e que estivesse de acordo com a realidade e necessidade dos professores e escolas. No entanto, houve dificuldade em encontrar modelos de roteiro de Anamnese adequados e que pudessem contribuir no atendimento aos estudantes com TEA, devido a escassez de produções relacionadas ao tema. Assim, diante do que foi pesquisado, as sugestões para roteiros de Anamnese considerados mais adequados podem ser encontrados nestes livros:

BORELLA, Douglas Roberto. **Diretrizes e instrumentos norteadores para o atendimento de estudantes com Transtorno do Espectro Autista**. Curitiba: CRV, 2025.



<https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/39166-diretrizes-e-instrumentos-norteadores-para-o-atendimento-de-estudantes-com-transtorno-do-espectro-autista>

BORELLA, Douglas Roberto. **Neurociência e o Transtorno do Espectro Autista: Educação e Saúde**. Curitiba: CRV, 2024.



https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/38414-neurociencia-e-o-transtorno-do-espectro-autista-breducacao-e-saude?srsId=AfmBOopc-qu_rCBA88rRFD0kSqdwTBIDKOejZa-nE68fodJ9p_vaNk_s



O Protocolo de Conduta proposto por Borella (2025, pág. 51) é um modelo a ser utilizado para se ter uma organização específica e sistematizada das características do estudante com TEA. Instrumento este, que visa garantir a acessibilidade e o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades variadas. Descreve um conjunto de informações que possibilitam tomar decisões e definir procedimentos.

É um passo inicial para auxiliar nas intervenções escolares e deve ser disponibilizado para todos os profissionais que atendem o estudante. Compreender o que pode desencadear crises, por exemplo, e como agir com o estudante nessas situações. Também, o instrumento contém um conjunto de informações sobre vários aspectos do estudante com TEA: alimentação, saúde, restrições, higiene, informações médicas e de saúde, de comunicação, formas que a família lida com as estereotipias, crises ou agressividade.

Essas informações devem estar acessíveis a todas as pessoas que trabalham com o estudante com TEA, de forma a proporcionar ações integradas e coerentes, facilitando o manejo do estudante no ambiente escolar. Podendo realmente propiciar um ambiente de inclusão e que promova o desenvolvimento integral dos estudantes com TEA.

SUGESTÃO DE LEITURA

Em relação ao Protocolo de conduta, há escassez maior ainda de referências e produções que o consideram como muito necessário no ambiente escolar para o adequado atendimento aos estudantes com TEA. A falta de acesso e de conhecimento desse instrumento, por parte dos professores, equipes pedagógicas e gestores educacionais pode resultar em dificuldades no atendimento aos estudantes no ambiente escolar e a falta de ações efetivas baseadas em um trabalho colaborativo que resulte em efetiva inclusão e aprendizagem.

Assim, diante do que foi pesquisado, o modelo de Protocolo de conduta considerado mais adequado pode ser encontrado neste livro:

BORELLA, Douglas Roberto. Diretrizes e instrumentos norteadores para o atendimento de estudantes com Transtorno do Espectro Autista. Curitiba: CRV, 2025.



<https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/39166-diretrizes-e-instrumentos-norteadores-para-o-atendimento-de-estudantes-com-transtorno-do-espectro-autista>



Após a anamnese, conhecendo o estudante, o próximo passo é a elaboração do PEI - Plano Educacional Individualizado.

O PEI está previsto no Código Estadual da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista - Lei nº 21.964/2024 (Paraná, 2024) e Parecer nº 50/2023 do Conselho Nacional de Educação, homologado em 12/11/2024 (Brasil, CNE, 2024), além de outros documentos que estabelecem a necessidade de pensar ações individualizadas para o atendimento dos estudantes com TEA ou deficiência.

É considerado um instrumento de planejamento individualizado, elaborado anualmente pelos professores e equipe pedagógica da escola, considerando protocolos científicos validados e que constam os esforços que serão mobilizados para a aprendizagem e acompanhamento dos resultados. De acordo com Borella (2025, p.61) é o PEI que estabelece as estratégias educacionais personalizadas, é um orientador, o apoio didático do professor quanto ao trabalho a ser desenvolvido com os estudantes com TEA na sala de aula regular. Não é clínico.

O objetivo do PEI é garantir a inclusão e adequações necessárias, promovendo a equidade e o sucesso escolar do estudante, já que leva em consideração o nível de desenvolvimento do estudante. Estabelece as metas que nortearão as ações pedagógicas direcionadas aos estudantes com TEA. Descreve as necessidades educacionais e dificuldades de aprendizagem e características dos estudantes. É considerado uma personalização do ensino (Borella, 2025, p.62).

Para a elaboração do PEI, além da anamnese já citada, outros documentos são necessários, conforme definido pelo Código Estadual da Pessoa com TEA, como laudos, pareceres técnicos, e avaliações pedagógicas, envolvendo todos os profissionais que trabalham com o estudante (Borella, 2025).



SUGESTÕES DE LEITURAS



BORELLA, Douglas Roberto. Diretrizes e instrumentos norteadores para o atendimento de estudantes com Transtorno do Espectro Autista. Curitiba: CRV, 2025.

Vista do MAPEANDO A INCLUSÃO ESCOLAR

(PDF) Proposal of Pedagogical Medical Record Under the Perspective of the Individualized Education Plan (IPE): Proposta de Prontuário Pedagógico sob o olhar do Plano Educacional Individualizado (PEI)

Vista do INCLUSÃO DE ALUNOS COM AUTISMO EM SALA DE AULA E O PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI)



Neste capítulo serão apresentadas considerações percebidas e debatidas no desenvolvimento da formação continuada. São aspectos que impactam no atendimento aos estudantes com TEA nas aulas de Educação Física e no ambiente escolar bem como na ação pedagógica dos professores e equipes pedagógicas, além da família. Pequenas situações e percepções do dia a dia que foram pontuadas e colaborativamente foram sendo organizadas e assim, estabelecido como um Fluxo de atendimento com ações a serem desenvolvidas desde o momento da matrícula do estudante com TEA na escola.

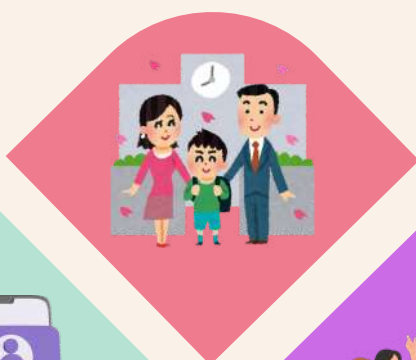
Diante do exposto, o Fluxo de atendimento é a possibilidade de definir as responsabilidades e ações necessárias em relação ao estudante com TEA desde a sua chegada no ambiente escolar, seja da equipe pedagógica, gestores, professores, família ou outros envolvidos.



FLUXOGRAMA DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE COM TEA

Acolhida da família

Receber, coletar informações, estabelecer vínculo e desenvolver as ações necessárias.



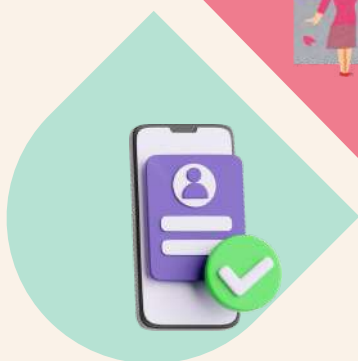
Conscientização e orientações aos estudantes e servidores

Promover ações de respeito e inclusão no ambiente escolar.



Família

Participação ativa e acompanhamento das ações no ambiente escolar.



Matrícula

Receber os documentos necessários.

Orientações aos professores

Informações, formação e participação ativa no fluxo de atendimento.



Professor

Buscar conhecimento, atualização, formação e adaptação.

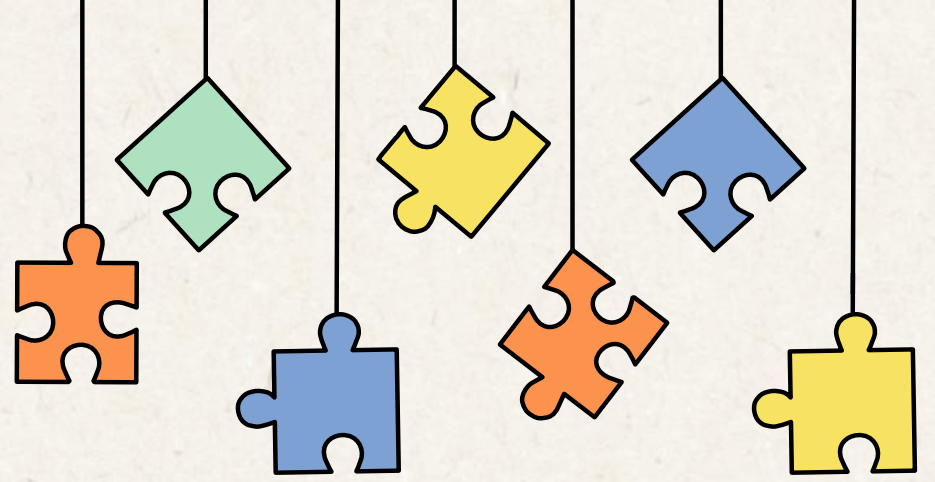


Educação Física

Promover ações que favoreçam a participação na E. F.



FLUXOGRAMA



Matrícula

No momento da matrícula do estudante, ao identificar que é estudante constando de laudo de TEA, a secretaria escolar solicita os laudos médicos, parecer e outros documentos que possam ser importantes.

O mesmo procedimento deve ser feito no caso do estudante vir a ser diagnosticado no decorrer do período letivo: a família trazer os laudos e documentos para o desenvolvimento das ações relacionadas ao estudante, como o protocolo de Conduta e o PEI.

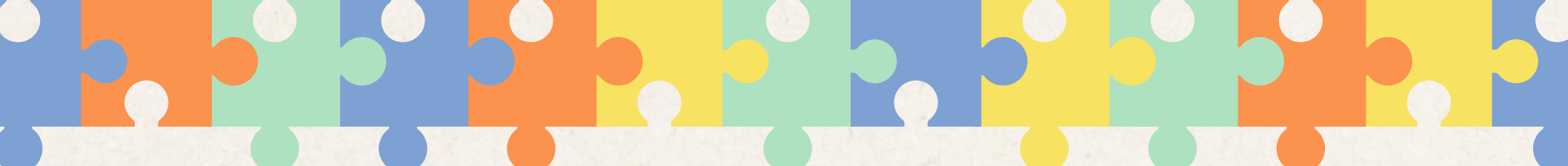
Imediatamente deve haver a comunicação com a equipe pedagógica, repassando as informações, para o prosseguimento do fluxo de atendimento.



Acolhida da família



O contato com a família é realizado pela equipe pedagógica e um encontro na escola é agendado. É o momento de acolhimento da família e do estudante, com a participação dos professores, preferencialmente antes do início das aulas ou logo no início do período letivo. Esse contato com a família tem o objetivo de estabelecer vínculo, coletar as informações necessárias, promover a acolhida, realizar a escuta ativa e fazer as ações para aproximação do estudante e da família com a escola, fortalecendo laços e acolhendo de forma humanizada a família e o estudante. Ainda, realizar as ações necessárias à inclusão, como aplicação da anamnese e a elaboração do PEI.



a) Contato com a família e escuta ativa

Um ponto considerado importante por todos, sempre: trazer a família para a escola, apresentando o espaço escolar, as dependências da escola, os professores (tanto o regente como os professores de disciplinas específicas) que atenderão o estudante, os demais funcionários que atuam no espaço escolar. Conversar com a família e realizar a escuta ativa, dando oportunidade e voz às famílias, para relatar sobre o estudante com TEA. Estabelecer as responsabilidades de cada segmento - escola e família - na educação e desenvolvimento do estudante após o ingresso na escola.

b) Documentos, laudos, atendimentos do estudante com TEA fora da escola

Nesse momento de acolhida e escuta, solicitar à família informações sobre as atividades/terapias/intervenções que o estudante realiza fora da escola. Informar os profissionais que atendem ao estudante e possibilitar uma comunicação ativa com a família e os profissionais, a fim de somar esforços no objetivo comum, que é o desenvolvimento e aprendizagem do estudante com TEA. Verificar a documentação do estudante, o encaminhamento, avaliação e atendimentos no Centro Educacional Especializado de Atendimento Psicopedagógico - CEEAP. Além disso, orientar quanto aos programas e atendimentos oferecidos pela municipalidade em relação ao estudante e à pessoa com TEA.

Todas estas informações, mais a observação in loco dos profissionais do CEEAP aos estudantes com TEA, possibilitam a realização do estudo de caso e definem a necessidade ou não de acompanhante/profissional de apoio, como estabelece o Parecer nº 50/2023 homologado em 2024.

Outro ponto importante para o atendimento com TEA é o contato, quando necessário, com os profissionais que atendem o estudante fora do ambiente escolar, como neuropediatra, psiquiatra, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, psicólogo, fonoaudiólogo, terapia ABA ou outros que venham a atender esse estudante. Tanto para orientações específicas quanto para o desenvolvimento de

ações conjuntas para o estudante com TEA. Esse trabalho conjunto tende a ser muito positivo e com resultados mais consistentes, quando há o compartilhamento de informações.

c) Entrevista

A entrevista é parte fundamental de um planejamento educacional inclusivo, que respeita as singularidades do estudante com TEA e valoriza o saber da família como parte do processo educacional. Está centrada na compreensão integral do aluno a partir do contexto familiar.

A entrevista para a Anamnese acontece com a família e/ou responsáveis, sendo conduzida por profissional de Sala de Recursos Multifuncionais, psicopedagogo, ou equipe pedagógica. É necessário um espaço reservado, preparado para receber quem será entrevistado, de forma acolhedora, que não exponha ou cause constrangimento às pessoas e que gere as informações necessárias para a elaboração do PEI e o protocolo de conduta e para poder proporcionar o melhor atendimento aos estudantes com TEA, nas aulas de educação física.



3

Orientações aos professores

Os professores que atuam com o estudante diagnosticado com TEA devem ser os primeiros a receber as informações básicas sobre o estudante matriculado e participar ativamente das ações desenvolvidas para atendimento do estudante, previstas neste fluxo. Cabe às equipes pedagógicas repassar as informações e providenciar que os professores e professor de Educação Física participem ativamente do processo de atendimento aos estudantes com TEA, seja na reunião com os pais, na elaboração do protocolo de conduta ou no PEI.



DOCUMENTOS A SEREM ELABORADOS NA ESCOLA



Protocolo de conduta

O **que é**: instrumento que contém conjunto de informações sobre vários aspectos do estudante com TEA: alimentação, saúde, restrições, higiene, informações médicas e de saúde, de comunicação, formas que a família lida com as estereotipias, crises ou agressividade (Borella, 2025).

Quem faz: professores, equipe pedagógica e família.

Quando: início do período letivo.

PEI - Plano Educacional Individualizado

O **que é**: instrumento de de natureza pedagógica que contém o planejamento individualizado, destinado a cada estudante com TEA (Parecer CNE/CEP nº 50/2023; Código Estadual da Pessoa com TEA, 2024).

Quem faz: professores regentes e das disciplinas, com a participação do professor da Sala de Recursos Multifuncional e equipe pedagógica. **quando**: início do período letivo, para o ano todo.

Devolutiva e anuência da família.



PAEE - Plano de Atendimento Educacional Especializado - Sala de Recursos Multifuncional

O que é: instrumento para identificar as necessidades dos estudantes, estratégias para superação das limitações observadas e proposição e elaboração de materiais acessíveis e adaptados (Parecer CNE/CEP nº 50/2023; Código Estadual da Pessoa com TEA, 2024).

Quem faz: professor da Sala de Recursos Multifuncional, com a colaboração dos professores do estudante e equipe pedagógica.

Quando: início do período letivo

PAI - Plano de Avaliação Individual

O que é: instrumento elaborado em cada uma das disciplinas cursadas, a fim de promover acessibilidade e efetiva compreensão dos conteúdos do currículo e considerando as necessidades e potencialidades do aluno; sendo que a aplicação da avaliação poderá ser realizada na Sala de Recursos Multifuncional - SRM (Código Estadual da Pessoa com TEA, 2024).

Quem faz: professor regente.

Quando: início do período letivo.

4

Conscientização e orientações aos demais estudantes e servidores da instituição de ensino sobre o TEA e os estudantes com TEA;



O conhecimento por parte dos profissionais que trabalham na escola, sobre os estudantes com TEA é muito importante. Os estudantes não estão o tempo todo com um professor apenas. Estão com o professor regente, professor de Educação Física, professores de disciplinas, coordenação pedagógica, professores ou outros profissionais na hora do recreio, precisam de atenção quanto à alimentação escolar. Para que este estudante seja incluso e possa ser atendido adequadamente também nas aulas de educação física, é preciso que as ações sejam coletivas e integradas entre todos que atuam na escola, cada um com suas atribuições.



5

Professor



Em relação ao professor, para que o atendimento ao estudante com TEA seja dentro do esperado e como prevê a legislação, alguns pontos são considerados essenciais neste fluxo:

- a) A busca de conhecimento, formação e atualização sobre o TEA;
- b) Conhecer o estudante com TEA (protocolo de conduta e PEI);
- c) Desenvolver o trabalho cooperativo com todos os envolvidos com o estudante com TEA;
- d) Buscar alternativas e possibilidades de ações pedagógicas e adaptações que possam auxiliar o estudante com TEA no desenvolvimento integral dele bem como no processo de aprendizagem dos saberes escolares.



Família



A participação ativa da família na escola é extremamente necessária e relevante quando pensamos no atendimento ao estudante com TEA. Cabe à família repassar os documentos, laudos médicos, relatórios de atendimentos com outros profissionais, realizar a entrevista para a anamnese, auxiliar na elaboração do protocolo de conduta, estar presente e próxima à escola e aos profissionais que atuam com o estudante com TEA, estabelecendo um vínculo afetivo de cuidado e reciprocidade, objetivando que o estudante alcance o potencial possível em termos de aprendizagem e desenvolvimento.

Nesse sentido, se faz fundamental nos primeiros contatos da escola com a família, a definição das responsabilidades e ações de cada um em relação ao estudante com TEA. Estabelecidas as responsabilidades e cada um fazendo o que cabe a si, as possibilidades da efetividade da inclusão e desenvolvimento e aprendizagem do estudante com TEA ficam muito mais favorecidas.

A família, participando ativamente das ações que lhe competem, também deve considerar e respeitar o trabalho desenvolvido com o estudante com TEA no contexto escolar pelos professores, equipe pedagógica e demais funcionários. O esforço da inclusão é conjunto e deve ser de todos, pois o objetivo da escola, em relação ao estudante com TEA, é o mesmo da família: convergem para assistir o estudante da melhor forma possível no contexto escolar e fora dele.

Para tanto, a comunicação da escola com a família e da família com a escola deve ser próxima, franca e respeitosa, em prol do estudante com TEA.



7 Especificidade da Educação Física

Para o atendimento ao estudante nas aulas de Educação Física, considerando os documentos norteadores como o PEI e o Protocolo de Conduta, deve-se pensar de modo a favorecer a participação do estudante com TEA nas aulas.

Para isso, algumas ações e cuidados são necessários:

- conhecer o estudante com TEA, suas características, hiper/hipo sensibilidade, hipo/hiper reatividade, interesses, desenvolvimento motor, enfim, o que diz respeito ao estudante, são fundamentais no planejamento e na condução da aula, para que eles participem das aulas, aprendam e se desenvolvam, como prevê a inclusão. Para chegar a isso, é preciso muitas experimentações, tentativas, erros e acertos, que vão levar ao conhecimento e a uma ação mais acertada por parte do professor nas aulas de Educação Física com os estudantes com TEA e demais estudantes;
- em relação ao espaço da aula, é importante que seja mais reservado, sem excesso de barulho e estímulos, como acontece por exemplo, quando a quadra é dividida entre duas turmas para a aula;
- a não utilização de instrumentos sonoros, como apito, em caso de ter estudante com hipersensibilidade auditiva. Inclusive, em algumas situações, o estudante com TEA se incomoda com as músicas, o cantar e o barulho dos colegas, gritos;



- estimular a participação do estudante com TEA, mas não exigir. Muitas vezes, com o tempo, o estudante sente-se seguro com o professor, colegas e o ambiente e ele mesmo terá a iniciativa de participar;
- importante considerar que na maioria das vezes, o estudante apresenta déficit no desenvolvimento motor. Nesse caso, bem mais que a cobrança de executar e fazer os movimentos de forma correta, é proporcionar que ele faça conforme as condições dele, que a cobrança pela execução correta;
- manter o planejamento em dia, seguindo os combinados na aula, cumprindo com o que foi estabelecido entre o professor e os estudantes, são formas de dar segurança ao estudante e manter a rotina, que na maioria das vezes é necessário para a participação do estudante com TEA;
- ter atenção no caso de estudantes com TEA, em relação à competitividade - o vencer e o perder. Alguns estudantes com TEA apresentam essa característica de competitividade e, se a aula e atividades não forem conduzidas de forma adequada e com cuidado pelo professor, podem desencadear crises e reações mais agressivas, que serão mais demoradas de superar;
- ter o cuidado de sempre conversar e orientar os demais estudantes, despertando neles a empatia e o respeito pelos colegas com TEA, tornando a aula um espaço de aprendizagem para todos.





CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Programa de formação continuada para atendimento de estudantes com TEA nas aulas de Educação Física se constitui como um importante instrumento de orientação para o estudo e formação continuada de professores, gestores e equipes pedagógicas que compreendem e anseiam por mais conhecimento nesse trabalho diário de inclusão, especialmente com os estudantes com TEA. Ainda, pode vir a auxiliar as famílias, indicando os passos a serem seguidos no processo escolar de inclusão, trazendo conhecimentos sobre o TEA e orientações que podem contribuir significativamente com todos os envolvidos com os estudantes com TEA.

O conhecimento sobre a legislação, sobre o TEA e os instrumentos previstos nas normativas e leis sobre o TEA, como o PEI, PAI, PAEE e outros, são essenciais para amparar e guiar o professor na ação pedagógica com os estudantes com TEA.

Num primeiro momento, pode parecer assustador, com muitos aspectos a considerar e documentos para elaborar. Como toda novidade, causa impacto e exige sair da zona de conforto para se efetivar. Mas, se constituem ações extremamente necessárias para auxiliar e de alguma forma, sistematizar e orientar o trabalho com os estudantes com TEA.

Nesse contexto, são consideradas também o envolvimento e as ações realizadas por todos os envolvidos com os estudantes com TEA, bem como, as famílias desses estudantes.



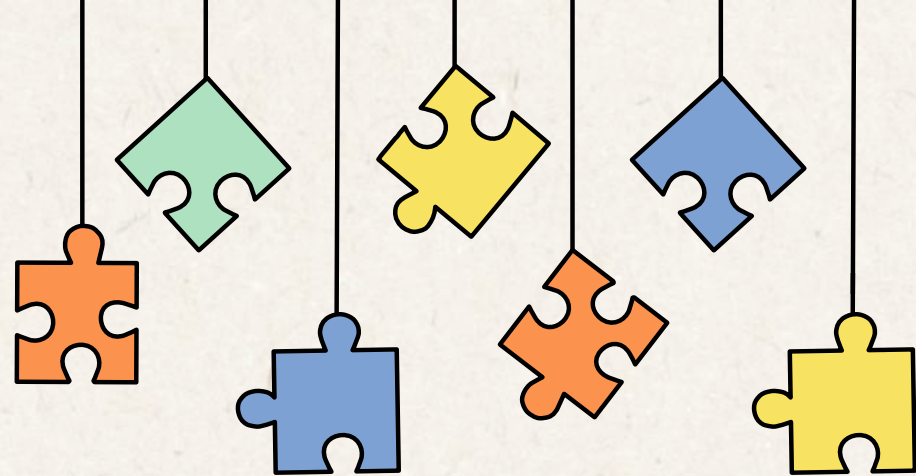
Este Programa, por ter partido de uma realidade, pode não representar exatamente todas as realidades, mas se dispõe a iniciar a construção, através da formação continuada, da efetividade da inclusão dos estudantes com TEA no contexto escolar e para que o atendimento aos estudantes nas aulas de Educação Física seja facilitador da aprendizagem e desenvolvimento em todos os aspectos.

Poucos foram os materiais e referências encontrados sobre um programa de formação continuada nesses moldes, assim como, a fundamentação e modelos de instrumentos como os propostos neste Programa. Espera-se que este Programa possa ser utilizado, melhorado e ampliado, com a certeza que a formação continuada de professores de educação física e a ação coletiva de gestores educacionais, professores e equipes pedagógicas são fundamentais na construção de uma educação inclusiva, igualitária e de qualidade a todos os estudantes, bem como, a participação da família em todo esse processo.

Façam bom proveito!

Adriana Hister Giovanella

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



ALVES, M. L. T.; DUARTE, E. A percepção dos alunos com deficiência sobre a sua inclusão nas aulas de educação física escolar: um estudo de caso. Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte, São Paulo, v.28, n.2, p.329- 338, 2014.

American Psychiatric Association (APA). Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-5 - TR: Texto Revisado. Porto Alegre, Artmed Editora, 5ª edição, 2023.

BARRETO, A. C.; SILVA, M. R. da; SOUZA, V. F, M. de. Formação docente e inclusão: professores de Educação Física e olhares sobre estudantes com necessidades especiais. Revista Eletrônica de Educação, São Carlos, v. 17, n. 1, p. 1-18, set./2023. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/3898>. Acesso em: 29 jun. 2024.

BIANCHI, V. A.; ABRÃO, J. L. F. A construção histórica do Autismo. Brazilian Journal of Health Review, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 5260–5277, 2023. DOI: 10.34119/bjhrv6n2-063. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/58018>. Acesso em: 21 sep. 2024.

BORELLA, Douglas Roberto. Neurociência e o Transtorno do Espectro Autista: Educação e Saúde. Curitiba: CRV, 2024.

BORELLA, Douglas Roberto. Diretrizes e instrumentos norteadores para o atendimento de estudantes com Transtorno do Espectro Autista. Curitiba: CRV, 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Básica 2023: notas estatísticas.

Center of Diseases Control and Prevention – CDC - Prevalence and Characteristics of Autism Spectrum Disorder Among Children Aged 8 Years, 2020. https://www.cdc.gov/mmwr/volumes/72/ss/ss7202a1.htm?s_cid=ss7202a1_w. Acesso em maio de 2024.

CHICON, J. F.; CRUZ, G. C. Formação continuada, Educação Física e inclusão. Revista Brasileira de Ciência do Esporte. Florianópolis, v. 36, n. 2, supl., p. S815-S829, abr./jun. 2014.

CHICON, J. F.; CRUZ, G. C. Formação continuada e educação física: analisando a inclusão na escola. In: CHICON, J. F.; RODRIGUES, G. M. (Org.). Ação profissional e inclusão: implicações nas práticas pedagógicas em educação física – Vitória : EDUFES, 2017.

COSTA, C. R.; FERREIRA, M. O.; LEITÃO, M. C. Aulas de Educação Física: inclusão escolar de estudantes com transtorno do espectro autista. Rio de Janeiro, 2017. <http://educacaoonline.edu.puc-rio.br/index.php/eduonline/article/view/341/175>.

CUNHA, Eugênio. Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

FAVORETTO, N. C.; LAMÔNICA, D. A. C.. Conhecimentos e necessidades dos professores em relação aos transtornos do espectro autístico. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 20, n. 1, p. 103–116, jan. 2014.

FIORINI, M. L. S.; MANZINI, E. J.. Inclusão de alunos com deficiência na aula de educação física: identificando dificuldades, ações e conteúdos para prover a formação do professor. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 20, n. 3, p. 387–404, jul. 2014.

GIOVANELLA, A. H. **Programa de formação continuada para atendimento aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista nas aulas de Educação Física.** Dissertação de mestrado. UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2025.

IMPOLCETTO, F. M.; MOREIRA, E. C. A Educação Física escolar na BNCC: avanços e desafios. *Corpoconsciência*, Cuiabá, v. 27, n. 1, p. 1-14, abr./2023. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/corpoconsciencia/article/view/15228> Acesso em: 22 mai. 2024.

KISTT SANTOS, T.; DA SILVEIRA GONÇALVES, P. Desafios e estratégias na prática docente de professores de Educação Física com estudantes com Transtorno do Espectro Autista. *BIOMOTRIZ*, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 246–258, 2021. DOI: 10.33053/biomotriz.v15i1.497. Disponível em: <https://revistaeletronica.unicruz.edu.br/index.php/biomotriz/article/view/497>. Acesso em: 28 jul. 2024.

OLIVEIRA, F.L. Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista. *Revista Educação Pública*, v. 20, nº 34, 8 de setembro de 2020.

NASCIMENTO, S. F. Formação em Educação Física: a inclusão no foco da discussão. In: *Ação profissional e inclusão: implicações nas práticas pedagógicas em Educação Física* /Chicon, J. C.; Rodrigues, G. M. (Org.). – Vitória: EDUFES, 2017.

TEIXEIRA; R. P.; DARONCO, L. S. E. Desafios e possibilidades na inclusão de estudantes com TEA nas aulas de Educação Física. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, Vargem Grande Paulista, v. 11, n. 13, p. 1-9, out./2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/33053>. Acesso em: 29 jun. 2024.

VIEIRA, C. M.; OMOTE, S.. Atitudes Sociais de Professores em Relação à Inclusão: Formação e Mudança. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 27, p. e0254, 2021.